

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

ALINE AGUIRRE VIEIRA

**O CAPITAL SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS TÉCNICO-
PRODUTIVAS E ORGANIZATIVAS NO MEIO RURAL: o caso dos ovinocultores
familiares do município de Quaraí (RS).**

Quaraí - RS

2011

ALINE AGUIRRE VIEIRA

**O CAPITAL SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS TÉCNICO-
PRODUTIVAS E ORGANIZATIVAS NO MEIO RURAL: o caso dos ovinocultores
familiares do município de Quaraí (RS).**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Bastos de Mello

Coorientadora: Tutora Monique Medeiros

Quaraí - RS

2011

ALINE AGUIRRE VIEIRA

**O CAPITAL SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS TÉCNICO-
PRODUTIVAS E ORGANIZATIVAS NO MEIO RURAL: o caso dos ovinocultores
familiares do município de Quaraí (RS).**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com conceito ()

Prof^a. Dr^a. Fernanda Bastos de Mello - Orientador
UFRGS

Prof. Marcelo Conterato
UFRGS

Prof^a. Patricia Binkowski
UFRGS

Quaraí, 16 de agosto de 2011.

Dedicatória

Dedico este trabalho a algumas pessoas:

À minha filha Amanda, amada, que de diversas formas me incentivou na realização deste projeto.

À minha família, que sempre está torcendo por mim.

À minha “amiga/irmã” Valéria, à amiga Larissa, ao meu “tio/padrinho” Pedro e à minha avó Albana, que fazem parte da minha história e partiram neste período.

Agradecimentos

Inicialmente agradeço a Deus pela oportunidade em participar desta experiência que enriqueceu minha vida profissional e pessoal.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial aos professores e tutores do PLAGEDER, pela oportunidade de acesso à educação de excelência.

À Eliane Sanguiné (UFRGS) pela atenção e carinho.

À equipe do Pólo Presencial de Quaraí (RS), pelo apoio e incentivo.

Aos colegas Naira, Ivanir, Terezinha e Gari, que se revelaram grandes companheiros nessa jornada.

Aos ovinocultores familiares, que com grande paciência responderam aos extensos “interrogatórios”. Sem eles a conclusão deste trabalho não seria possível.

À equipe da Emater/RS de Quaraí (Rafael, Betinha e Neli), pela valiosa contribuição.

Ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí, Luiz Carlos Velasques, pela paciência e importantes informações concedidas.

Ao Secretário da Agricultura, Miguel Machado Rodrigues, pela grande colaboração.

E, finalmente, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

A ovinocultura, quando bem estruturada, pode ser desenvolvida tanto em grandes propriedades como em propriedades familiares pela baixa necessidade de investimento de capital inicial, se comparada com atividades como a bovinocultura e o cultivo de arroz, e pela capacidade da espécie ovina se adaptar a diversos agrossistemas, e isso faz com que essa atividade possua um potencial latente para alicerçar o desenvolvimento rural local. É importante afirmar que este desenvolvimento local é construído em meio a relações sociais e estratégias construídas pelos próprios atores locais. Dessa forma, este estudo propõe como objetivo compreender a influência da construção do capital social na criação de estratégias técnico-produtivas e organizativas por ovinocultores familiares do município de Quaraí, no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram adotadas perspectivas teóricas que abordam os conceitos de desenvolvimento sustentável, dimensão territorial do desenvolvimento, pecuarista familiar, cultura política participativa no Brasil e capital social, os quais servirão de modelo de interpretação do objeto de estudo. Diante do objetivo proposto, pretendeu-se analisar como se constrói o capital social em torno das principais questões técnico-produtivas e organizativas na ovinocultura familiar e entender qual a importância, para o ovinocultor, da construção deste tipo de capital frente às limitações apresentadas pela atividade. Também se buscou identificar os principais atores sociais que estão trabalhando na superação destas limitações. Esta investigação essencialmente qualitativa tem o caráter exploratório, e contou com a realização de entrevistas cujos roteiros foram semiestruturados, e direcionados aos ovinocultores locais e representantes de instituições locais. Os resultados, analisados à luz da revisão de literatura selecionada, apontam que a carência na construção de capital social está dificultando a conexão entre esses atores sociais locais, assim como, o fluxo de conhecimento, formal ou informal, os quais permitiriam aos indivíduos desenvolverem suas competências e habilidades indispensáveis para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; capital social; estratégias; ovinocultura familiar.

Abstract

The ovine-culture if well structured, can be developed both in large farms as in family farms, for its low initial capital requirements, compared to activities such as cattle raising and cultivation rice, and for the ability of sheep to adapt to different agro-systems, and this makes that this activity has a latent potential to underpin the local rural development. It's important to affirm that this local development is constructed among social relations and strategies constructed by the own local actors. In this way, this study proposes as objective to understand the influence of the construction of social capital in the creation of thechnical-productive and organizational strategies by the familiar ovine-cultivators from the municipality of Quaraí, in the state of Rio Grande do Sul. Thus, theoretical perspectives were adopted that addresses the concepts of sustainable development, territorial dimension of development, familiar farmer, participatory political culture in Brazil and social capital, which will serve as a model of interpretation of the object of study. Given the stated objective, it was intended to analyse how to build the social capital around the main thechnical-productive and organizational issues in the familiar ovine-culture, and to understand witch is the importance for the ovine-cultivator, of the construction of this type of capital facing the limitations presented by the activity. It also tried to identify the main social actors who are working to overcome these limitations. This essentially qualitative investigation has the exploratory character, and it counted on the fulfilment of interviews whose scripts were semi-structured, and directed to the local ovine-cultivators and representatives of local institutions. The results, analyzed at light of a review of selected literature, aim that the lack in the construction of social capital is making difficult the conection among these local social actors, as well as the flux of knowledge, formal or informal, which allowed the individuals to develop their indispensable competences and abilities for the personal and collective development.

Key-words: sustainable development; social capital; strategies; familiar ovine-culture.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Mapa com a localização geográfica do município de Quaraí/RS.....	28
Figura 2. Mapa com a representação da Cuesta do Haedo.....	30
Figura 3. Entrevistado 2 mostrando o rebanho de ovinos.....	46
Figura 4. Entrevistado 2 mostrando os carneiros.....	46

Lista de Tabelas

Tabela 1. Evolução do preço pago pelos frigoríficos ao produtor pela carne ovina no mercado de Quaraí/RS entre os anos de 2006 e 2010.....	36
Tabela 2. Área total da propriedade × superfície agrícola útil (SAU).....	40
Tabela 3. Relação entre o nº de ovinos e bovinos e a área destinada para criação.....	41
Tabela 4. Nº de animais abatidos para consumo por família por mês.....	42

Sumário

Introdução	10
1. Capital Social como Instrumento para o Desenvolvimento Rural Sustentável	17
1.1. Desenvolvimento sustentável	17
1.2. Dimensão territorial de desenvolvimento	19
1.3. Cultura política participativa	21
1.4. Capital social e a família rural	23
1.5. Pecuária familiar	25
2. A Ovinocultura no Município de Quaraí/RS	28
2.1. Descrição do meio físico e socioeconômico local	28
2.2. Aspectos do mercado da carne e lã ovina	31
2.2.1. O mercado local	34
2.3. Aspectos técnico-produtivos	37
3. A Construção do Capital Social na Criação de Estratégias Técnico-produtivas e Organizativas pelos Ovinocultores Familiares do Município de Quaraí/RS	40
3.1 A construção do capital social relacionada aos problemas técnico-produtivos e organizativos evidenciados pelos ovinocultores familiares	40
3.2 Problemas técnico-produtivos e organizativos da ovinocultura e os principais atores sociais atuantes neste contexto	44
3.3 O ovinocultor familiar e a importância da construção do capital social frente aos fatores limitantes para o desenvolvimento da ovinocultura	51
Considerações finais	55
Referências	57
Apêndice A - Roteiro de entrevista - pecuaristas familiares	62
Apêndice B - Roteiro de entrevista - instituições locais	65
Apêndice C - Descrição do Projeto 100	66
Apêndice D - Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura	69

Introdução

A ovinocultura foi uma atividade com papel fundamental no desenvolvimento da pecuária gaúcha. Esta atividade teve no século XX seu maior período de evolução devido à valorização da lã desencadeada pela 1ª Guerra Mundial que promoveu a elevação do preço do produto e estimulou o interesse dos produtores pela atividade (VIANA; DE SOUZA, 2007).

Nesse período o rebanho ovino no Rio Grande do Sul ultrapassou 13 milhões de cabeças, sendo a atividade considerada muito rentável (SILVEIRA, 2005). Especialmente nas décadas de 50 e 60 a atividade representava a maior riqueza existente nos campos gaúchos, tendo na lã um produto que sustentava todas as necessidades das estâncias (VIANA; DE SOUZA, 2007). No entanto, nas últimas décadas ocorreram mudanças estruturais e econômicas que afetaram os preços pagos aos ovinocultores, sendo a lã o produto com maior queda nos preços e redução na rentabilidade da atividade (VIANA; DE SOUZA, 2007). Dentre os principais fatores promotores da desestruturação da ovinocultura estão a desvalorização da lã no mercado mundial devido a consolidação da Austrália como grande produtora e estocadora do produto. Associado a isso, houve o advento da comercialização de tecidos sintéticos no mercado têxtil reduzindo a procura pelo fio natural. Concomitantemente, houve ainda a expansão de lavouras de arroz irrigado nas regiões com tradição na criação de ovinos, o que contribuiu para a redução gradativa do rebanho ovino no estado, que segundo análise efetuada por Rodrigues (2010) com dados do IBGE (2009), era de 3,5 milhões de cabeças, aproximadamente, com uma queda de 1,59% frente a 2008 caracterizando o declínio desta atividade no estado do Rio Grande do Sul. Neste contexto, a região Nordeste apresentou uma participação percentual no rebanho ovino nacional de 56,9%, seguida pela região Sul com 28,6% do rebanho brasileiro.

Com a desvalorização da lã, houve um aumento no abate de capões (ovinos machos adultos e castrados) que era a principal categoria fornecedora de lã nos rebanhos. A diminuição desta categoria acabou mudando o perfil de abate, aumentando o abate de cordeiros que apresentam uma carne de melhor qualidade (SILVEIRA, 2005), que caiu no gosto dos consumidores, passando então a haver maior valorização da carne em relação à lã. Esta valorização teve como um dos principais fatores o aumento do poder aquisitivo da população nos últimos anos, que promoveu uma procura por alimentos considerados diferenciados e mais saudáveis, abrindo mercado para o aumento no consumo da carne de cordeiro (ovinos jovens, com menos de seis meses de idade), somando-se a isso, houve a

abertura do comércio internacional nos últimos anos trazendo novos mercados consumidores. Sendo assim, a carne hoje representa uma ótima alternativa para a ovinocultura, se forem superados problemas como a sazonalidade produtiva que determina uma oferta irregular do produto, impedindo o fortalecimento do mercado que acena para um aumento no consumo de carne fresca ou resfriada como substituto para a carne congelada, isso irá favorecer quem permanecer no mercado num maior número de meses no ano.

No município de Quaraí/RS, onde será realizado o estudo, a situação da ovinocultura não é diferente do restante do estado. Este município tem uma população de 23.021 habitantes com uma população rural de 1.711 pessoas, segundo os primeiros resultados do censo do IBGE do ano de 2010, e uma área territorial de 3.148 km². O número de produtores rurais no município é de 904 (IBGE, 2006). Tem sua economia baseada na agropecuária, tendo como culturas principais a bovinocultura de corte, a ovinocultura e o plantio de arroz irrigado, distribuídos em 904 unidades de produção (IBGE, 2006), ocupando uma área de 264.341 hectares (IBGE, 2006). O efetivo do rebanho ovino no município, segundo o Censo Agropecuário de 2006 era de 154.205 cabeças distribuídos em 527 unidades, acompanhando as tendências regionais de redução do rebanho, o que se deve em grande parte a falta de integração na cadeia produtiva, ao abigeato (roubo de animais), problemas sanitários, problemas no manejo com importantes perdas de cordeiros ao nascer, perda da importância econômica do setor, pouca utilização ou falta de assistência técnica especializada, concorrência com a carne ovina do Uruguai, etc. No caso específico do pecuarista familiar existe ainda a dificuldade de participação em ações coletivas locais, o que acaba dificultando a comercialização do produto carne, pois a produção destes é em pequena escala, limitando-os ao mercado informal. É relevante mencionar também a existência de fatores culturais que afetam essa decisão, pois a bovinocultura sempre foi vista como uma atividade de elites no meio rural gaúcho o que se transforma num atrativo para esta atividade.

A ovinocultura tem um potencial latente para alicerçar o desenvolvimento no espaço rural do município por ser uma atividade que, se bem estruturada, pode ser desenvolvida tanto em grandes propriedades como em propriedades familiares pela baixa necessidade de capital inicial e pela capacidade da espécie ovina em se adaptar a diversos agroecossistemas, o que acaba favorecendo os agricultores familiares. Essa atividade, assim como a caprinocultura, vem proporcionando também o desenvolvimento de projetos de transição agroecológica em unidades produtivas de base familiar que empregam intensamente tecnologias da agricultura industrial produtivista, modelo que vem demonstrando deficiências por não conseguir reduzir os índices de subnutrição e fome da população mundial.

Segundo Dias *et al.* (2009), a integração entre a criação animal e a agricultura aumenta a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade de produção, já que promove estabilidade da renda, especialmente quando os cultivos são sazonais. Além disso, o produto de origem animal enriquece a dieta familiar, contribuindo para a segurança alimentar.

Essa agregação na renda do agricultor familiar se torna ainda mais incontestável no caso da ovinocultura, já que com esta atividade é possível obter vários tipos de produtos como a carne, lã, pele e a produção de artesanato em lã. O artesanato, inclusive, já foi bastante tradicional no município e região com a produção de mantas de lã natural usadas nos arreios (aparelhamento dos cavalos); mantas grossas para o inverno; ponchos, etc. No entanto, atualmente já se tornou difícil encontrar bons artesãos em lã.

Considerando todos estes aspectos abordados, fica visível a capacidade que essa atividade tem de promover o desenvolvimento rural através da possibilidade de melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar, impedindo, assim, o êxodo rural; e pela sua evidente versatilidade, já que pode ser tanto uma atividade principal como complementar. Além do que, com a preservação desta atividade será mantida a cultura local, não deixando desaparecer tradições ancestrais e as possibilidades de emprego que ela oferece.

Dentro do contexto local, muitos problemas são verificados, além dos citados anteriormente, afetando o bom desempenho da ovinocultura. Apesar de esta atividade ser considerada uma vocação na região, o município enfrenta atualmente uma grande carência em mão-de-obra qualificada, pois muitos trabalhadores especializados deixaram de trabalhar, ou já se aposentaram, e não houve a substituição dos mesmos no mercado. Outro fator que atualmente deixa a desejar são as instalações para trabalho específico com ovinos, que acabaram ficando obsoletas nas propriedades rurais, sendo que muitas delas já não podem mais ser reaproveitadas, havendo a necessidade de construir novas instalações. O município sofre também com um grande índice de abigeato e de abate clandestino, sendo estes, provavelmente, uma consequência da falta de um abatedouro frigorífico local, apesar de haver um projeto para a instalação de uma unidade local, parece que vários entraves impedem sua implantação, há vários anos, o que segundo as autoridades envolvidas, é devido à dificuldade de encontrar produtores rurais que queiram assumir a administração do mesmo.

Estudos sobre a coordenação na cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul indicam a necessidade de desenvolvimento de ações e programas que superem os entraves existentes na atividade, sendo necessário para isso a participação e o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo produtivo. Dentro desse contexto, é importante compreender que a cadeia produtiva está inserida num ambiente social e institucional

composto por normas, cultura e educação historicamente construídas, e esse comprometimento e participação dos pecuaristas se tornam difícil num contexto de possível desconfiança generalizada. Tal cenário é característico em ambientes fragmentados e em crescente desigualdade social, fato que predispõe a falta de cultura política participativa, pois a insegurança característica nestas sociedades resulta numa menor tendência em debater política (BAQUERO, 2003).

Contudo, com a organização do pecuarista familiar ovinocultor (representante na pecuária da agricultura familiar), são fortalecidos diferentes laços associativos e cooperativos que facilitam a disseminação de tecnologias e conceitos sociais que podem minimizar problemas que são limitantes para a atividade.

A participação política é crucial em ambientes onde se deseja promover um desenvolvimento sustentável que busca a integração e o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais e que está fundamentado no desenvolvimento de aptidão local para resistir ao processo modernizador agrário, através do fortalecimento de ações sociais coletivas que se desenvolvem a partir de potenciais endógenos de comunidades rurais (PACÍFICO, s/d). Consequentemente, esta participação tem como principal requisito a confiança interpessoal, que por sua vez é um conceito chave nas teorias de capital social, que pode ser definido segundo Prates (2009, p.14), como “um recurso estratégico de ação coletiva voltada para produção de bens coletivos internos, tais como ajuda mútua,[...], participação no orçamento participativo.”, que facilitam ações coordenadas. Sendo assim, “o capital social [...] abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região” (ABRAMOVAY, 2000, p.6).

O capital social privilegia a dimensão territorial de desenvolvimento, sendo que o território “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p.6).

A ovinocultura tem sido muito debatida nos últimos anos, mas sob uma perspectiva centrada na cadeia produtiva. Tais análises tendem a ser mais voltadas ao aumento da competitividade na cadeia com foco específico em estratégias para elevar a produtividade, o consumo da carne ovina e consolidar o mercado. Este trabalho, no entanto, pretende partir de uma abordagem mais sociológica que evidencia a relevância do capital social como essencial na promoção do dinamismo em regiões rurais, relacionando-o com os aspectos da ovinocultura local para constatar como a variável confiança tem afetado o desenvolvimento desta atividade.

Na literatura, são indicadas variáveis de capital social para avaliar a qualidade de vida das pessoas e das associações que tendem a correlacionar-se positivamente com confiança, que são: condições de associatividade, grau de segurança e insegurança das pessoas, o bem-estar pessoal, a qualidade de vida, as expectativas futuras, o grau de satisfação com a democracia, o sentido de solidariedade, atitude de apoio à democracia. Teorias modernas de sociedades cívicas ainda sugerem que:

[...] atividades deliberativas face a face e a colaboração horizontal dentro das organizações voluntárias longe da esfera política (tais como: clubes esportivos, cooperativas agrícolas ou grupos filantrópicos) promovem confiança interpessoal e fomentam a capacidade de trabalho conjunto [...]. (BAQUERO, 2003, p.16).

A partir do que foi exposto surge a seguinte questão norteadora: “Qual a influência da construção do capital social na criação de estratégias técnico-produtivas e organizativas pelos pecuaristas ovinocultores familiares locais diante das limitações que impedem o desenvolvimento da atividade?”.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é compreender a influência da construção do capital social na criação de estratégias técnico-produtivas e organizativas por pecuaristas familiares do município de Quaraí - RS, frente a adversidades encontradas por eles no desenvolvimento da ovinocultura local.

Com a finalidade de atingir este objetivo geral, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos de pesquisa:

- Compreender como se constrói o capital social em torno das principais questões técnico-produtivas e organizativas entre pecuaristas familiares envolvidos com a atividade da ovinocultura no município;
- Identificar quais os atores sociais que se inter-relacionam com os pecuaristas familiares, envolvidos com a ovinocultura local, com o objetivo de superar limitações técnico-produtivas e organizativas desta atividade;
- Analisar sob a percepção do pecuarista familiar, a importância da construção do capital social frente a fatores limitantes (técnico-produtivos e organizacionais) do desenvolvimento da ovinocultura.

Desta forma, a hipótese considerada para os fins deste estudo é de que a fragilidade na construção do capital social, devido à carência na tradição local de trabalhar de forma associativa e cooperativa, dificulta o desenvolvimento de estratégias técnico-produtivas e organizativas pelos pecuaristas familiares impedindo os mesmos de se colocar no mercado, e deixando-os reféns de ações políticas clientelistas.

O presente estudo justifica-se ao buscar elementos para a maior compreensão das características dos pequenos ovinocultores locais, identificando os hábitos, a percepção, e iniciativas destes pecuaristas diante dos desafios da atividade e com relação às ações e planejamentos propostos pelas instituições mediadoras de seus interesses. Esse estudo será realizado sob a perspectiva de uma abordagem sociológica apoiada no referencial conceitual de capital social como instrumento de avaliação. Desta maneira, o tema de pesquisa constituiu-se na compreensão sobre a influência da construção do capital social nos fatores propulsores e restritivos da ovinocultura desenvolvida por pecuaristas familiares locais. Partindo do pressuposto que a ausência de capital social promove a incapacidade de agregar cidadãos na busca de objetivos comuns e no desenvolvimento de uma cultura política participativa.

Além disso, existe o interesse pessoal e profissional no assunto, por ter a família envolvida na pecuária com origens na agricultura familiar e por ser veterinária, o que contribuiu no desenvolvimento da admiração pela ovinocultura e suas características. Esta admiração, no entanto, é fonte de grande inquietação ao perceber que a atividade está ficando à margem nas propriedades rurais, desperdiçando todo o legado de conhecimento adquirido ao longo de anos, por dificuldade de adaptação as novas exigências e pela falta de interesse dos políticos locais em resolver problemas específicos, como a falta de um abatedouro frigorífico num município que tem sua economia baseada na pecuária.

A partir deste estudo, poderão ser apontados caminhos para promover o desenvolvimento da atividade no município, além do consequente desenvolvimento de oportunidades de emprego, desenvolvimento rural e da preservação da cultura local.

Para realização deste trabalho, foi adotada uma estratégia metodológica que buscou tanto identificar como é a influência da construção do capital social na criação de estratégias técnico-produtivas e organizativas entre os ovinocultores familiares, quanto quais são os atores sociais que se inter-relacionam com os ovinocultores familiares visando superar limitações técnico-produtivas e a percepção que existe entre estes dois grupos (ovinocultores familiares e atores sociais) sobre o capital social na ovinocultura.

Para isso, será realizada uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa e natureza básica, já que esta visa produzir e aprofundar informações sobre a realidade dos ovinocultores familiares locais, suas aspirações, crenças, valores, e atitudes, que possam gerar conhecimento sobre as relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, podendo os conhecimentos gerados servir de elementos para solucionar eventuais problemas na atividade (GERHARDT; SILVEIRA; 2009).

Quanto aos objetivos a pesquisa é de caráter exploratório, pois busca levantar informações sobre a relação da construção do capital social e as estratégias técnico-produtivas e organizativas desenvolvidas pelos ovinocultores. Para tanto, o procedimento adotado será de estudo de caso, já que esta modalidade visa compreender o comportamento e características de uma unidade social, que no caso são os ovinocultores familiares.

A unidade de análise será formada pela seleção de seis ovinocultores, sendo que três deles serão de uma localidade do município, denominada Quatepe, onde já houve intensa atuação da Emater; Secretaria da Agricultura e Sindicatos: Patronal e dos Trabalhadores Rurais. E os outros três serão de localidades distintas onde estas instituições não costumam atuar. Com isso, a intenção é ter uma visão mais fidedigna e crítica da situação problemática. Também serão entrevistados representantes das instituições que normalmente atuam junto aos produtores rurais do município.

A coleta de dados foi desenvolvida inicialmente através da utilização de pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica, buscando obter dados a partir de fontes que possibilitaram maior conhecimento teórico sobre o tema. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas guiadas por um roteiro contendo questões abertas que permitiram maior liberdade na construção das respostas, buscando assim uma análise prática e interpretativa da realidade local.

O trabalho está dividido em três capítulos. Após a introdução, tem-se o primeiro capítulo, que abordará as bases teóricas utilizadas fazendo a relação do capital social com o desenvolvimento territorial sustentável, aspectos da cultura política participativa e o pecuarista familiar. O segundo capítulo, traz a realidade local, expondo dados sobre o município e as características da ovinocultura local no contexto da pecuária familiar. Portanto, o primeiro e segundo capítulos trazem o referencial teórico do trabalho. No terceiro capítulo é apresentado o estudo de caso, fazendo a conexão da teoria com a realidade da ovinocultura familiar local e a relação com o capital social. Para tanto será feita uma análise identificando pontos como: a importância da ovinocultura para o desenvolvimento da unidade de produção e para o desenvolvimento local; a relevância do capital social como facilitador na elaboração de estratégias técnico-produtivas e organizativas e a identificação de atores sociais que atuam como facilitadores na formação do capital social. Em seguida virá a conclusão, onde será realizada uma explanação geral e análise crítica do trabalho. Após, será exibida a bibliografia e os documentos anexos adquiridos durante a pesquisa.

1 O capital Social como Instrumento para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Neste capítulo serão abordados os principais conceitos e ideias que são importantes para a compreensão dos objetivos desta pesquisa. Primeiramente serão relatadas as principais noções sobre desenvolvimento sustentável e dimensão territorial de desenvolvimento que são conceitos fortemente relacionados com uma cultura política participativa que será tratada na sequência. Finalizando, serão descritas as principais ideias desenvolvidas sobre capital social realizando a sua relação com a família rural e o pecuarista familiar.

1.1 Desenvolvimento sustentável

A concepção sobre desenvolvimento sustentável passou a ganhar força no cenário mundial com a crise do desenvolvimento produtivista que atrelou a agricultura ao complexo agroindustrial. A subsequente insustentabilidade do modelo proposto pelo processo conhecido como Revolução Verde (Segunda Revolução Contemporânea evidenciada no final do século XIX, que impõe a agricultura a função de favorecer a industrialização), não trouxe consigo consequências apenas ambientais, como o desgaste dos recursos naturais, mas também econômica e social quando se tornou necessário administrar o excesso de cereais estocados, em função da grande produtividade alcançada. Esse aumento na produtividade não foi capaz de reduzir os índices de pobreza e desnutrição mundiais, pois apesar da reserva de grãos servir como garantia em períodos de safra ruim, não significa que toda população se beneficia disso.

Segundo Jean Marc Von Der Weid (2009), a agricultura convencional apesar de ser vista como modelo de pujança econômica, não sobreviveria sem os pesados subsídios concedidos pelos Estados. No Brasil, os subsídios para cobrir a modernização da agricultura foram em média de 50% dos custos de produção e investimentos em maquinário até o início da década de 1980 quando houve a crise financeira do Estado.

Apesar de estar em evidência nos debates mundiais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ainda não existe um consenso sobre o conceito de sustentabilidade, o que implica em reunir diferentes percepções e visões políticas sobre como a agricultura, a indústria e o comércio devem se desenvolver e utilizar os recursos naturais. Mas, o que fica evidenciado é que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é fortemente dependente do contexto em que é aplicado (MAIA, 2008), não havendo, portanto, uma definição única.

Cavalcanti (2003, p.3), se refere ao pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento sustentável: “Não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser

perseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável”. A essência do pensamento de Furtado nos anos sessenta e setenta, segundo Cavalcanti (2003), se baseava na ideia de que os países de periferia mimetizam a forma de consumo e o processo de acumulação dos países de centro, o que aumenta ainda mais a exclusão, já que, para ele, não tem como generalizar os padrões de consumo dos ricos em escala planetária, pois essa forma excludente é sustentada pelos aumentos de produtividade revertidos para uma minoria, o que explicaria o agravamento das desigualdades sociais, conseqüente ao avanço na acumulação, e tendo como eixo a busca pela implantação nos países pobres de um sistema industrial similar ao dos países de centro. Isso representaria, em última análise, um aumento na taxa de exploração com conseqüente aumento dos custos ecológicos e sociais devido, especialmente, a degradação em larga escala do meio ambiente e a homogeneização cultural.

Já para Sachs (2004, p.15-16) existem cinco pilares para o desenvolvimento sustentável que são:

- a- Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b- Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c- Territorial, relacionado a distribuição espacial de recursos, das populações e das atividades;
- d- Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e- Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda a diferença.

Sachs (2004, p.11), refere-se ainda sobre a importância do mercado interno para o desenvolvimento sustentável e para o combate a heterogeneidade extrema das economias periféricas relatando que:

[...] Resultados rápidos podem ser obtidos por uma estratégia centrada nas pessoas e no emprego, com a finalidade dupla de aumentar o número de empregos de baixa produtividade e simultaneamente melhorar a produtividade destes empregos. Como seu conteúdo de importações tende a ser muito baixo, a sua promoção não exige moeda estrangeira, nem financiamento externo. O limite para o crescimento induzido pelo emprego, que não seja inflacionário e que exija poucas importações, é dado pela elasticidade da oferta de bens de salário produzidos internamente [...].

É importante destacar ainda o pensamento de Sachs (2004, p.17) sobre a transição para o desenvolvimento sustentável, que diz:

[...] começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo as pessoas para trabalhar em atividades com baixo conteúdo de importações e para aprender a “*vivir con lo nuestro*”.

Segundo Kubo (s/d) a sustentabilidade tem forte vínculo com a questão ambiental e o manejo dos recursos naturais, mas na realidade ela abrange uma dimensão muito mais ampla, relacionando as esferas social, econômica e política, estando diretamente conectada a perspectiva de desenvolvimento focado no indivíduo, que por sua vez, está imerso na coletividade, possuindo, portanto uma dimensão grupal onde há oportunidades desiguais de acesso ao conhecimento, bens e serviços, com intensas relações de poder.

Portanto, para pensar em Desenvolvimento Local Sustentável é indispensável a real adesão dos atores sociais envolvidos, que para formar um tecido social fortalecido necessitam adquirir maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas, proporcionando autonomia pessoal e coletiva que favoreçam o empoderamento (proporciona as pessoas maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas e uma maior igualdade nas relações sociais) individual e principalmente coletivo.

Para desenvolver o empoderamento de uma comunidade é necessário o emprego de metodologias participativas que tenham como princípio básico a participação dos beneficiários, que são as pessoas que se beneficiam com as políticas públicas, juntamente com os atores sociais envolvidos nas várias etapas de desenvolvimento de projetos ou políticas públicas, ficando evidente que o grau de comprometimento dos envolvidos com a democracia seja bastante elevado. Contudo, o que se observa atualmente é um intenso processo de desagregação social, contrária à união nas comunidades que é a essência nas políticas participativas, como na democracia associativa.

1.2 Dimensão territorial de desenvolvimento

Na década de 1990, passa a ganhar força no Brasil uma mudança de enfoque no modelo de desenvolvimento rural (ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais) vigente até então, devido a alterações na forma de gestão do Estado, que passa a desenvolver a descentralização de algumas políticas públicas federais, promovendo, conseqüentemente, novas atribuições aos governos locais. Além disso, esse debate é reforçado pela necessidade de entender os diferentes caminhos que tomam o processo de desenvolvimento e as raízes sociais, econômicas e culturais que explicam essa diversidade (SCHNEIDER, 2004).

O cenário mundial evidencia o aumento na interdependência de relações sociais e econômicas que se expressa através da integração do capital financeiro, comercial,

agroindustrial, etc., num contexto de economia capitalista que tem a capacidade de ajustar, em escala planetária, e em condições de tempo e espaço, a produção de mercadorias. Com relação ao mundo rural, fica evidente que esse cenário acelerou a competitividade, com grandes cadeias agroalimentares monopolizando a produção e o comércio atacadista em escala global, e restringindo a participação neste de imensas regiões produtoras. Neste contexto, surgem iniciativas que criticam o padrão técnico dominante e buscam uma valorização das estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais (SCHNEIDER, 2004).

Com isso, o enfoque territorial de desenvolvimento passa a ser um tema de interesse entre os estudiosos do desenvolvimento rural. Para Schneider (2004, p.7-8):

A emergência da abordagem territorial de desenvolvimento pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Este espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto o conteúdo deste espaço é entendido como o território.

Sendo assim, para Schneider (2004), o debate sobre território reaparece como forma de superar os condicionantes e limitantes do aporte regional, não tendo, no entanto, a vinculação com a definição geopolítica, mas uma relação direta com as mudanças sócio espaciais e político-institucionais que globalizam os processos produtivos.

Para Sabourin & Teixeira o enfoque são as relações mercantis dinamizadoras (2002, p.9):

Um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional.

Já em Abramovay (2000), é colocado como ideia central de território, o tecido social como uma organização complexa que vai além dos atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicação, mas representando uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que ainda tem um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico. Mas, Abramovay (2000, p.8-9) destaca ainda que o ambiente de cooperação é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Para o autor a formação do território – ou pacto territorial – deve responder a cinco requisitos que são:

1) mobilizar atores em torno de uma ideia guia; 2) contar com o apoio dos atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; 3) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; 4) realizar o projeto em um tempo definido; 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a

unidade entre os protagonistas do pacto territorial. Com isso, a ideia é construir um sujeito coletivo do desenvolvimento que expressará a habilidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

O grande desafio para o desenvolvimento rural é a construção de novas instituições que busquem não apenas promover o crescimento de uma ou outra atividade econômica, mas fortalecer o capital social do território e capacitar as populações rurais para que sejam protagonistas na construção de novos territórios (ABRAMOVAY, 2000).

1.3 Cultura política participativa

O aumento nos esforços para fortalecer a democracia brasileira têm se direcionado para a defesa de uma maior participação dos cidadãos nos processos de decisão política e fiscalização dos gestores públicos, visando “reverter o crescente processo de desintegração social, resultado [...] da diminuição do Estado como fruto da adoção de uma perspectiva neoliberal que desestruturou a sociedade [...]” (BAQUERO, 2003, p.2).

Para Baquero (2003), no entanto, existe uma lacuna entre o reconhecimento do papel do indivíduo no processo político e o entendimento sobre os mecanismos que funcionam, ou não, na capacitação dos cidadãos para uma participação política maior e mais qualificada, sendo que uma destas lacunas seria o papel do capital social e sua importância na construção de uma sociedade mais democrática. Na sequência Baquero (2003, p.3) completa seu raciocínio com o seguinte questionamento:

É possível dar poder (“to empower”) aos cidadãos individualmente, aumentando sua capacidade colaborativa em contextos caracterizados por práticas políticas tradicionais, por padrões de desigualdade social e em ambiente de desconfiança generalizada? E, se afirmativo, esse processo contribui para a melhoria da qualidade da democracia no país?

A esse questionamento Baquero (2003) inicia respondendo que para incentivar uma maior participação da população na esfera pública é necessário que o Estado e suas instituições tenham a capacidade de aceitar e valorizar essa participação. No entanto o que se constata é um movimento de reativação do local, com o fortalecimento de entidades locais, organizações não governamentais (ONGs), etc., devido ao desencanto das pessoas com os programas sociais do governo. O autor evidencia ainda que numa sociedade onde está institucionalizado o medo e a insegurança coletivos fica impossibilitado o desenvolvimento da solidariedade, confiança e tolerância, dando lugar a uma cultura política de resignação a

práticas autoritárias, verticais e hierarquizadas, mesmo em regime democrático (BAQUERO, 2003).

Na sequência, Baquero (2003) coloca como “imperativo” incentivar o fortalecimento de associações voluntárias e públicas, pois estas são vitais no amadurecimento democrático, já que elas possibilitam a existência de um espaço que estimula a discussão e a participação política, aumentando ainda a percepção do indivíduo do que está acontecendo na sociedade. No entanto, apenas a presença de associações informais e voluntárias podem não ser garantia para gerar redes associativas mais amplas se as pessoas não forem além das preocupações pessoais, pois somente os elevados índices de confiança entre os cidadãos e a ocorrência de redes sociais horizontais são pré-condições necessárias, mas não suficientes. É nesse ponto que se torna importante o papel do Estado como articulador na construção do capital social.

São propostos pelo autor três componentes essenciais para deter a fragmentação social por intermédio do capital social e fortalecer a ação coletiva: confiança; desenvolvimento de redes sociais e fomento ao engajamento cívico. Além disso, acaba por concluir que o capital social pode ser o mecanismo que faltava para gerar uma democracia mais eficiente, que permita que os grupos tradicionalmente excluídos tenham condições de lutar por suas demandas (BAQUERO, 2003).

Em Rocha (2009) é destacada a reforma descentralizante que ocorreu em 63 países dos 75 em desenvolvimento nas últimas décadas do século XX. Mas, o autor deixa claro que entre as intenções de fortalecer instituições políticas locais para viabilizar a participação dos cidadãos nas decisões públicas e a concretização destas há um longo caminho. Apesar de estar apoiada por argumentos sólidos que propõem, com o fortalecimento dos espaços de participação, a superação de problemas advindos do Estado centralizado, a saber: balcanização do poder público por elites econômicas e políticas; exercício de um poder ilegítimo da burocracia pública no processo de tomada de decisões; e a ação do Estado orientada pela lógica clientelista; surgiram dificuldades no processo de consolidação de tais experiências. Ainda há poucas informações sobre o funcionamento efetivo dos diversos mecanismos do governo local e da democracia participativa adotada nas últimas décadas e as avaliações realizadas acabaram por desenvolver controvérsias teóricas sobre o processo.

Para Rocha (2009) atualmente existem duas correntes em debate: a perspectiva culturalista e a institucionalista. A primeira entende que o sucesso dos espaços democráticos depende das características da sociedade civil; já para a segunda, o desenho e as características das instituições explicariam os resultados do processo de democratização. “Em

outros termos, o que está em jogo é se a cultura produz instituições ou se instituições configuram cultura” (ROCHA, 2009, p.3).

A corrente institucionalista propõe o Estado como organizador das relações sociais num determinado território. Nesse sentido, em sociedades com instituições autoritárias predomina o autoritarismo, a coerção e o clientelismo, tornando difícil a mobilização do poder local e experiências participativas bem sucedidas. Já a corrente culturalista propõe que para que um Estado participativo se desenvolva é preciso mais que as instituições formais da democracia, requer também uma cultura congruente com ela. Rocha (2009, p.3-4) destaca ainda que:

Em uma das vertentes da análise culturalista, a questão da participação democrática é analisada pela ótica da sociedade civil, com ênfase no conceito de capital social. Coleman (1990), um dos precursores dessa abordagem, estabelece o princípio de que a otimização do capital físico-econômico e humano é maior quando as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade [...].

O autor conclui considerando que haveria um ganho analítico considerável se houvesse um diálogo entre as duas correntes, já que, “se as instituições são cristalizações, e ao mesmo tempo, evidenciam os traços culturais de uma dada sociedade, as características da estruturação institucional de um país podem indicar maior ou menor cultura cívica”. Sendo assim, uma presença maior de espaços institucionalizados de participação poderia caracterizar uma intenção concreta de exercício da cidadania (ROCHA, 2009, p.6).

1.4 Capital social e a família rural

O Capital Social surgiu como um conceito explicativo nas Ciências Sociais tendo no centro de suas análises o desempenho das instituições democráticas, ao contrário da cultura política que destaca a estabilidade ideológica e das democracias. É um conceito que tem raízes históricas e multidisciplinares (Putnam na Ciência Política; Coleman na Sociologia; Fukuyama na História Econômica e na Sociologia), mas ao mesmo tempo “é um conceito problemático em vários aspectos como: seu significado, sua medição, se é antecedente ou consequente e sua dependência contextual” (BAQUERO, 2003, p.9). Este autor coloca também que os conceitos de Capital Social estão basicamente vinculados “como uma variável na geração de capital humano entre gerações e como um aspecto da estrutura social que facilita determinadas formas de ação e cooperação” (2003, p.9).

Em Baquero (2003, p.10) encontramos que uma diferença importante entre o capital social e outras formas de capital é que o capital social reside nas “relações” e não no

indivíduo sozinho, como é o caso de habilidades de capital humano. Que este tipo de capital “é construído em coletividades institucionalizadas tais como: universidades, corporações, governos, associações informais de pessoas em que o conhecimento e as visões de mundo formam-se e são transferidas”. O autor destaca ainda que:

Obrigações, confiança, fluxo de informações, amigos, cultura, normas, redes e engajamento cívico constituem-se em indicadores parciais sobre o que é capital social e onde reside [...] Se pessoas confiam umas nas outras, horam as obrigações, seguem as normas e tornam-se amigos uns dos outros, somente para maximizar sua própria utilidade, esses elementos são simplesmente *commodities* adicionais para serem intercambiadas.

Apesar das críticas sofridas sobre o conceito, Trigilia (2001, p.428) *apud* Baquero (2003, p.10) diz que “se usado com cuidado e precisão e se não estiver sobrecarregado, o conceito de capital social pode ajudar-nos a compreender não só o desenvolvimento local, mas principalmente a formulação de políticas mais apropriadas [...]”.

Em Basso (2006) encontramos que para analisar o capital social e as estratégias de reprodução das famílias rurais é necessária uma abordagem que incorpore além das atividades e rendas agrícolas e não agrícolas, mas considere, de um lado, as condições que as famílias rurais têm de acessar e sustentar um conjunto de ativos de capital (produzido, humano, natural, social, cultural), e de outro, as relações que elas conseguem manter com os outros atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. Para Bebbington (1999, p.5) *apud* Basso (2006, p.195):

O mais importante nem sempre é a posse em si dos diferentes ativos de capital e sim a forma como eles são combinados e utilizados para capacitar as pessoas nas suas ações em busca da sobrevivência e, na medida do possível, da melhoria das condições de vida.

Portanto, para Basso (2006, p.195):

A ideia básica que orienta a análise das estratégias de reprodução das famílias rurais fundamenta-se nas condições de acesso que elas têm a um conjunto de ativos de capital, que, por sua vez, acaba por delimitar o acesso das famílias ao mercado, ao Estado e as organizações civis, fator indispensável para a concretização das suas estratégias de reprodução.

O autor coloca a importância da densidade da vida associativa das famílias que facilita não só o acesso aos mercados como também às agências públicas, já que instituições como a Emater e as secretarias municipais de agricultura não atuam propondo simplesmente o que é viável ou não viável, mas privilegia ações que buscam melhorias nos sistemas atuais a partir das condições econômico financeiras das famílias (BASSO, 2006).

O capital social é considerado por Basso (2006) como um dos ativos de capital cujo acesso pode facilitar e manter o acesso a outros ativos e atores. Esse acesso é decorrente das relações mantidas por pessoas ou famílias com outras pessoas, famílias e organizações. A

presença de capital social manifesta-se pela participação em grupos ou associações voluntárias e suas características, pela existência e pelo papel de normas sociais e cívicas e pelo grau de confiança das pessoas nos grupos sociais locais. Ainda segundo Fox (1996) *apud* Basso (2006, p.202):

[...] fatores como as condições agroecológicas, os tipos de recursos, os padrões de migração, a história político-econômica, as questões étnicas e religiosas, etc. podem influir para que haja mais ou menos sinergia nas relações Estado-sociedade, para que haja maior ou menor acesso a recursos, maior ou menor estoque de capital social. Ao desenvolverem-se estratégias para construir capital social como estímulo ao desenvolvimento rural, deve-se prestar atenção nas restrições, nas oportunidades e nas potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto local-regional.

Ao contrário das questões políticas e conflitos de interesse que estão normalmente presentes nas relações que se estabelecem entre as pessoas, organizações e instituições estatais ou privadas, os atributos de capital social (reconhecimento, confiança, reciprocidade, ajuda, solidariedade e cooperação) não fazem parte do cotidiano das pessoas e das comunidades. Portanto, se nem todos os atores atuantes na comunidade defendem maior participação política da população, o estudo do desenvolvimento local sob a ótica do capital social deve considerar a possibilidade da formação de alianças políticas com segmentos da burocracia estatal e organizações privadas “que efetivamente estão dispostos a contribuir na construção e consolidação de normas e regras para serem partilhadas, bem como laços de confiança, solidariedade e colaboração entre os atores” (BASSO, 2006, p.203).

1.5 Pecuarista familiar

A expressão pecuarista familiar tem sido utilizada para identificar agricultores familiares que se dedicam basicamente a bovinocultura de corte como atividade principal podendo estar associada a outras atividades. Essa expressão foi utilizada pela primeira vez com o objetivo de descrever grupos de famílias até então pouco estudadas que se assemelhavam nas características aos agricultores familiares, mas que se dedicavam à bovinocultura de corte extensiva. Essa expressão foi utilizada inicialmente pela Emater/RS para identificar o público a ser atendido pelos serviços de extensão rural. De acordo com esta instituição o pecuarista familiar tem as seguintes características (RIBEIRO, 2009, p.63-64):

- a) tem como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural;
- b) atenda cumulativamente os seguintes critérios:
 - more na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo;
 - tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;

- use mão de obra familiar, considerando-se os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF);
- tenha renda bruta anual não superior a R\$40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais;
- seja proprietário ou arrendatário do estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha.

O autor destaca ainda características comuns existentes entre os pecuaristas familiares (RIBEIRO, 2009, p. 68):

- uso de mão de obra essencialmente familiar com alguma contratação eventual e alguma “troca de serviços”;
- relações mercantis variáveis de acordo com as características e os tipos dos pecuaristas familiares. Entretanto, existem grupos que procuram manter a autonomia em relação ao mercado realizando vendas apenas quando a família necessita;
- a atividade principal é a bovinocultura de corte embora muitas vezes não se caracterize como a maior fonte de receitas da família;
- os pecuaristas familiares não são homogêneos no que se refere a recursos, as produções, aos aspectos de comercialização, ao acesso as informações e aos anseios e expectativas quanto ao futuro.

Para este autor as estratégias adotadas pelos agricultores familiares (ou pecuaristas familiares) e suas famílias são resultado das decisões deste que levam em consideração as suas necessidades de reprodução, os seus anseios e vontades, os recursos de que dispõem e o contexto onde estão inseridos que levam a uma maior ou menor diversificação (RIBEIRO, 2009).

Com relação à formação da identidade do pecuarista familiar, Fialho *apud* Ribeiro (2009) relata que esta se formou a partir da oscilação entre valores do gaúcho estancieiro (proprietário da terra que centraliza o poder, com temperamento altivo, valente, bravo e autossuficiente) e o gaúcho peão (trabalhador que se torna “cliente” do gaúcho estancieiro, com temperamento dependente, obediente, passivo e submisso). Fato este que pode ser bastante relevante nas tomadas de decisões do pecuarista familiar.

De acordo com Andreatta (2009, p.54-55) os estabelecimentos familiares “tendem a cumprir três funções simultaneamente: a função de produção para geração de renda, a produção para o consumo e a acumulação de patrimônio”. Neste sentido, para manter o equilíbrio entre preservar o patrimônio, assegurar determinado nível de vida da família e manter e/ou expandir os meios de produção para a próxima geração, vai depender da situação da família o que torna uma tarefa difícil para o agricultor manter um balanço equilibrado entre a produção e o consumo no estabelecimento. A autora destaca também, que “no contexto do rural, muitas vezes, o principal objetivo de um agricultor não é a maximização dos lucros, mas a sucessão e a herança”.

Andreatta (2009) relata inclusive que a forma como o agricultor se insere na comunidade local e regional deve ser considerada como elemento de análise dos arranjos para organizar o funcionamento do estabelecimento, pois estas relações permitem identificar os vínculos, os locais de troca de informação e os atores sociais com quem os pecuaristas se relacionam; em Cezar (1999) *apud* Andreatta (2009) é identificada a existência de fortes laços de confiança entre os pecuaristas que, no entanto, sobressai-se às possíveis relações de confiança dos pecuaristas com as instituições formais vinculadas à agropecuária. Andreatta (2009) coloca ainda que apesar de ser expressiva a vinculação em associações de produtores/criadores e cooperativas a participação em associações vinculadas a igreja, associações de mulheres, grupos de produtores para compra e venda, a participação pode ser considerada baixa.

2 A Ovinocultura no Município de Quaraí/RS

Este capítulo tem por objetivo caracterizar inicialmente o município onde será realizada a pesquisa e na sequência relatar aspectos relevantes da ovinocultura caracterizando o mercado da carne, que está em evidência atualmente, assim como o da lã que é considerada uma importante fonte de renda nesta atividade, embora o mercado esteja em baixa há vários anos. Também serão destacados os principais problemas técnico-produtivos identificados no referencial teórico estudado com a finalidade de, posteriormente, realizar uma comparação com os dados levantados nas entrevistas.

2.1 Descrição do meio físico e socioeconômico local

Localizado na região oeste do Rio Grande do Sul, na Microrregião da Campanha Gaúcha, limita-se ao norte nordeste com o município de Alegrete; ao noroeste com o município de Uruguaiana, ao sul-sudeste com o município de Santana do Livramento; a leste com o município de Rosário do Sul e ao sudoeste com a República Oriental do Uruguai, conforme pode ser observado na figura 1 a seguir. O município de Quaraí possui área territorial de 3.270,10 km² (LEMES; PIRES, 2009).

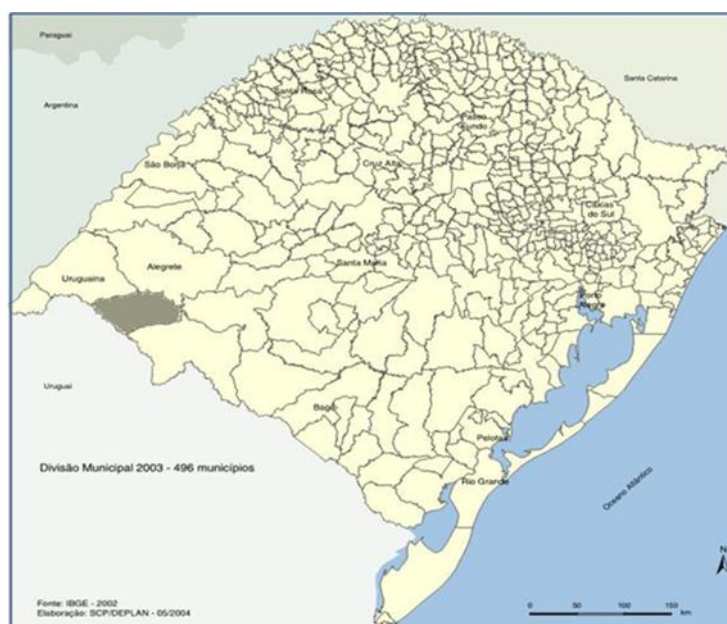


Figura 1- Mapa com a localização geográfica do município de Quaraí/RS
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Quaraí possui uma população rural de 1.711 habitantes (cerca de 7% da população) e urbana de 21.310 habitantes, totalizando

uma população de 23.021 habitantes. Segundo dados da FEE (fundação de economia e estatística), o município de Quaraí, em 2008, possuía um PIB de R\$ 220.579 (mil) com um PIB per capita de R\$ 9.588,00. Comércio e Serviços são os maiores geradores de renda com 57,41%, seguido do setor agropecuário que contribui com 36,13%, sendo que a indústria contribui com apenas 6,46 %. Importante destacar que a incidência de pobreza no município segundo IBGE (2003) atingia 29, 97% da população, sendo o índice de GINI de 0,41.

Com relação ao clima, verifica-se que no verão pode chegar facilmente aos 40°C, e no inverno as temperaturas são bem baixas, com grande ocorrência de temperaturas negativas e de geadas, que assim como as altas temperaturas e a seca no verão prejudicam muito a produção agrícola e a pecuária. Em termos de disponibilidade hídrica, como esta varia de acordo com a profundidade dos solos e da ocorrência de chuvas, normalmente nos meses de verão são constatados os maiores déficits, entretanto no ano de 2009 foi observado um grande déficit no primeiro semestre, concentrando-se os maiores volumes de chuva no segundo semestre, o qual obteve um bom excedente hídrico, porém as características do solo determinam pouca retenção hídrica. Em média as precipitações pluviométricas na região ficam em torno de 1.400mm.

No sudoeste do Rio Grande do Sul a unidade de paisagem predominante é a Cuesta do Haedo (como pode ser visualizado na figura 2, logo abaixo), expressão descrita por Silvério da Silva *et al.* (2004, p.3) como:

[...] expressão utilizada por estudiosos de geomorfologia do Rio Grande do Sul, entre os quais, Muller Filho (1970), Maciel Filho e Sartori (1979), IBGE (1986), Hausman (1966 e 1995), Suertegaray (1998), é uma estrutura de direção aproximada NE-SO, mantida por derrames vulcânicos da Formação Geral e por arenitos intertrapeanos (interderrames) da Formação Botucatu.

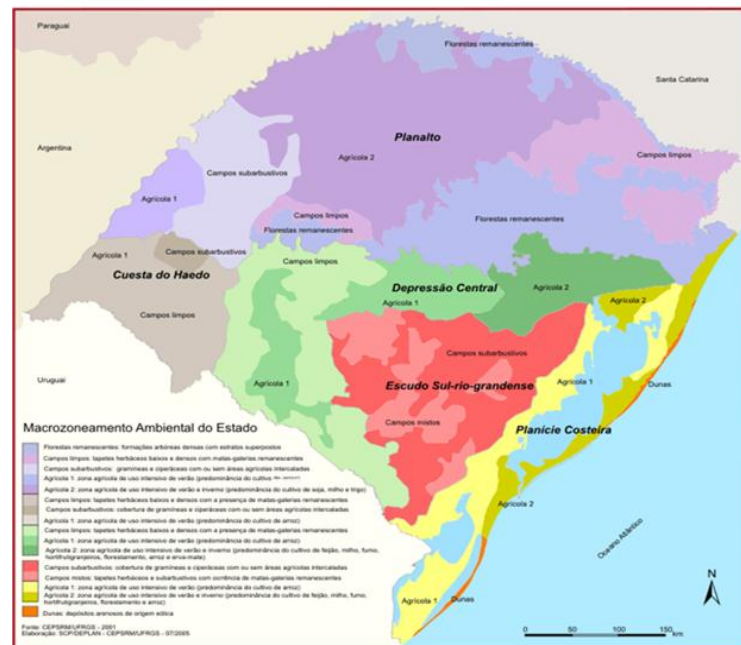


Figura 2- Mapa com a representação da Cuesta do Haedo
 Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

Constitui um relevo que apresenta as maiores altitudes alinhadas em sentido SWNE com valores em torno de 350-400m. Esta topografia relativamente acentuada decai para o oeste, em direção a calha do rio Uruguai, onde atinge em média 80 metros de altitude. Nesta localidade predomina uma cobertura de campos com gramíneas de baixo porte entremeados de matas de galerias, característica da região do Pampa e tecnicamente definidos como estepes e savanas. Estas características são a expressão de um uso predominantemente pastoril que gradativamente vai se transformando com a introdução da cultura de arroz. Já os solos são rasos e desenvolvidos a partir de rochas basálticas (SUERTEGARAY; GUASSELLI, s/d).

É uma vegetação adequada ao desenvolvimento do rebanho, mas que necessita de investimentos dos proprietários em pastagens artificiais de inverno e verão para viabilizar a produção, pois com o clima de inverno rigoroso e chuvas muito frias há necessidade de altos índices de proteínas para o rebanho, que enfrenta ainda altas temperaturas e grandes secas no verão, normalmente levando a escassez de alimento.

Em estudo sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí, Silvério da Silva *et al.* (2004, p.2-3) relatam o seguinte:

A Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí está situada na zona de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, compreendendo os municípios de Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana e Barra do Quaraí. O município de Quaraí abrange uma extensão de cerca de 3.238 km² (Prefeitura Municipal de Quaraí, 1998), compreendendo a maior área desta bacia [...] São afluentes do Rio Quaraí dentro do município de Quaraí os

arroyos: Quaraí-Mirim, Salso, Areal, Cati, Pai-Passo, Garupá, Mancarrão e as sangas da Divisa e do Lajeado (Prefeitura Municipal de Quaraí, 1998).

Seus maiores problemas estão relacionados à insuficiência hídrica nos meses de menor disponibilidade, principalmente no verão e as grandes demandas por irrigação para o plantio de arroz. O município conta ainda com uma grande rede de cursos de água de fraco volume, devido à impermeabilidade do solo. O rio Quaraí desagua no rio Uruguai, na fronteira com o Uruguai e a Argentina, próximo ao município de Barra do Quaraí (SILVÉRIO DA SILVA, 2004).

Estas características pouco se alteraram ao longo dos últimos anos, tendo como principal alteração a introdução da cultura do arroz e a construção de açudes, além do plantio de pastagens cultivadas na maioria das propriedades rurais.

2.2 Aspectos do mercado da carne e lã ovina

Inicialmente é importante destacar que o mercado de carne ovina vem passando por transformações nos últimos anos. A carne ovina ocupava uma condição de subproduto da ovinocultura, sendo consumida basicamente nos próprios estabelecimentos rurais com uma comercialização desorganizada, abatendo animais de descarte que eram enviados ao mercado consumidor, o que acabou criando uma imagem desfavorável para o produto que apenas mais recentemente vem alcançando uma posição de destaque (PEREIRA NETO, 2004 apud DE BORTOLI, 2008).

A carne ovina por possuir elevado grau de similaridade com outras tem um consumo per capita pouco representativo em relação ao consumo de carnes bovina, de frango e suína, estimados em 36 kg (ABIEC, 2006 apud DE BORTOLI, 2008), 35 kg (ABEF, 2006 apud DE BORTOLI, 2008) e 12,6 kg (ABCS, 2006 apud DE BORTOLI, 2008), respectivamente, enquanto o consumo per capita de carne ovina no Brasil é estimado em cerca de 0,7 kg (SEBRAE, 2005 apud DE BORTOLI, 2008). Mesmo assim, metade da carne ovina consumida é importada para suprir o aumento da demanda pelos consumidores brasileiros, percebendo-se com isso, a existência de significativo espaço para a expansão da produção e do consumo de carne ovina (EMBRAPA, 2006 apud DE BORTOLI, 2008).

No entanto, este mercado ainda é prejudicado pela irregularidade na oferta decorrente da falta de organização dos criadores numa estrutura mais profissional que permita oferecer um produto de qualidade com preço acessível e atraente ao consumidor. Em decorrência disso, os preços se tornam elevados dificultando que se crie o hábito de consumo como

aconteceu com outras carnes. Sendo assim, a indústria da carne ovina tem como alvo o mercado de carnes exóticas e com altos preços tendo, porém que importar a maior parte do produto do Uruguai para abastecer o mercado (AZEVEDO; ANTONIALLI, 2008), o que também acaba reprimindo a demanda. Estas barreiras somente serão superadas com uma maior organização da cadeia da ovinocultura, identificando o potencial de consumo do produto e as preferências de cada tipo de consumidor para assim ofertar um produto adequado e com regularidade (FARIA; SILVA, 2006 apud AZEVEDO; ANTONIALLI, 2008).

Na década de 1970 com o apoio do governo direcionado para a agricultura e com o avanço da lavoura sobre as áreas de pecuária, com a mudança de orientação do crédito rural, a queda do preço da lã no mercado internacional e a falta de subsídios para as cooperativas iniciam-se as dificuldades para a ovinocultura que com a redução na demanda da lã no mercado, devido à entrada dos tecidos sintéticos, foram determinantes para que se instalasse a crise no setor no mundo inteiro (VIANA; DE SOUZA, 2007). O Brasil produz atualmente 1% da produção mundial de lã, estando o Rio Grande do Sul com 90% da produção de lã, já que os outros estados produtores de ovinos produzem ovinos deslanados. O consumo interno de lã no Brasil gira em torno de 20% da produção o restante é exportado para a Europa sendo o preço regulado pelo mercado internacional. Atualmente a lã é muito utilizada em artesanatos. Há ainda um mercado que é atualmente abastecido pela Austrália, pois o Brasil ainda não produz este tipo de lã, que são as lãs chamadas frias, ou seja, de micronagem muito fina, que são usadas na produção de tecidos leves de alta qualidade (CALVETE; VILLWOCK, 2007).

Devido à queda no preço da lã os rebanhos laneiros tiveram uma drástica redução dando espaço para a entrada de raças especializadas em carne que por seu sabor diferenciado é apreciada pelos consumidores, tendo um excelente potencial para se tornar um produto substituto no mercado. A estabilização econômica do Plano Real e suas consequências no mercado interno proporcionaram com que a carne ovina se tornasse o principal produto da ovinocultura, como já mencionada anteriormente, influenciando consideravelmente a elevação dos preços nos últimos dez anos (VIANA; DE SOUZA, 2007).

É importante destacar que a demanda da carne ovina frente à variação de preços tende a ser mais elástica devido à existência de produtos substitutos como a carne bovina e de frango. Este comportamento ocorre geralmente devido ao fato dos produtos com grande quantidade de substitutivos apresentarem maior elasticidade, enquanto que os que não têm substitutivos à altura apresentam menor elasticidade (DE BORTOLI, 2008).

As variações nos preços da carne ovina podem ser caracterizadas por acompanhar os preços praticados nos supermercados, sendo estes fortemente influenciados por variáveis que

afetam a disposição do consumidor em pagar mais ou menos pela carne, como o salário médio da população, a estabilidade econômica do país e o preço das carnes de frango e bovina, sofrendo a influência, portanto, de fatores micro e macroeconômicos. Com isso, é possível perceber que o produtor exerce pouca influência no preço do seu produto (DE BORTOLI, 2008).

O governo tem fomentado a reestruturação da cadeia da ovinocultura com ações direcionadas ao ambiente institucional e organizacional através de crédito rural com linhas exclusivas para a ovinocultura e através de legislação adequada que busca regularizar a cadeia (PADILHA *et al.*, 2008). Mas com relação a instrumentos privados para apoio da comercialização deste produto, são deficientes provavelmente devido a pouca quantidade comercializada.

O mercado da carne ovina no Brasil está num processo de diferenciação com a apresentação de canais de comercialização e distribuição de produtos que procuram atender as exigências dos consumidores atuais, que ao comprar não buscam apenas produtos, mas também, qualidade, marca, conveniência, identidade cultural e características nutritivas e organolépticas específicas (HOLANDA JÚNIOR, 2003 apud DE BORTOLI, 2008). Neste contexto, a carne de cordeiro vem ganhando espaço como um produto sofisticado e com sabor mais agradável que da carne ovina comercializada há alguns anos atrás que era de animais de descarte e por isso mais rica em ácidos graxos que davam o sabor desagradável a carne.

Com relação aos canais de comercialização, o que é possível observar é que as negociações ainda estão muito direcionadas para os frigoríficos que são em número reduzido, principalmente no Rio Grande do Sul, o que dificulta o poder de barganha do produtor, além de influenciar no preço do animal vivo e no custo do transporte. Como existe uma baixa inter-relação com a indústria, conseqüentemente as estratégias adotadas em longo prazo são pouco adequadas, como por exemplo, a venda de carcaça abatida na propriedade rural para açougues e/ou consumidores finais (PIALARISSI, *et al.*, 2009).

Segundo Silva (2002) apud Rosanova (2004), existem três grupos estratégicos de indústrias, o das pequenas e médias indústrias que compram a matéria de intermediários e produtores informais e fornecem ao varejo; tem o grupo das grandes indústrias que adquirem sua matéria-prima de produtores integrados e independentes, comprando de forma sistemática e valorizando a qualidade, fornecem aos grandes supermercados e outros distribuidores; e há o grupo das empresas importadoras de carcaças congeladas que às comercializam para todo o mercado nacional com preços abaixo dos praticados pelas empresas brasileiras. A estratégia

da maioria das empresas baseia-se na concorrência de preço em função da elasticidade preço-demanda.

2.2.1 O mercado local

O município de Quaraí tem sua economia baseada na agropecuária tendo como culturas principais a pecuária de corte, a ovinocultura e o plantio de arroz irrigado. O efetivo do rebanho ovino no município, como já foi mencionado anteriormente, segundo o Censo Agropecuário de 2006 era de 154.205 cabeças distribuídos em 527 unidades, já no Censo de 2007 o efetivo de ovinos contabilizou 174.650 cabeças e no censo de 2009 o efetivo registrado foi de 190.744 ovinos, o que representa um leve aumento, provavelmente devido à atual situação favorável do mercado da carne. Já a quantidade de lã produzida foi de 511.114 kg provenientes da tosquia de 160.224 cabeças de ovinos, segundo IBGE, 2009. E no ano de 2006 a produção de lã foi de 466.011 kg provenientes de 146.085 cabeças de ovinos (FEE, 2006).

No entanto, este rebanho ainda está longe do que foi no passado quando chegou a ter um total de 425.187 cabeças e uma produção de lã de 1. 211.781 kg de lã (FEE, 1992), tornando-se apenas uma atividade complementar à bovinocultura de corte em algumas propriedades. Buscando superar estes problemas os produtores locais vêm procurando alternativas para conseguir nova inserção no mercado, desta vez com a carne ovina.

A carne ovina produzida no município de Quaraí/RS tem como principais compradores os frigoríficos que tem seu interesse voltado para a comercialização de cordeiros, principalmente na época de novembro a janeiro no máximo; as indústrias que compram cordeiros oriundos do programa Cordeiro Herval Premium e do Programa da ARCO (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos) que tem interesse em carnes de ovinos precoces padronizados e com uma oferta estável; outros fortes compradores são distribuidores de São Paulo que compram ovinos vivos para serem abatidos lá, onde existe uma grande demanda, especialmente pelas comunidades árabes; além de açougues e compradores sazonais especialmente na época de natal e ano novo. Este produto é oferecido, no município, tanto por produtores familiares, como produtores patronais que vem se esforçando para melhorar a qualidade, aumentando assim o potencial de produção. É pertinente destacar a importância da ovinocultura para a segurança alimentar dos pecuaristas familiares, já que a carne ovina é uma das principais fontes de alimento para os mesmos.

As negociações ocorrem em diferentes níveis, podendo o produtor comercializar diretamente na propriedade através de pessoas comissionadas ou escritórios rurais que buscam o produto para um determinado comprador que pode ser uma indústria (frigorífico) ou então um distribuidor que possua um mercado para colocação da carne ovina.

Diante disso, é possível perceber que a relação entre os vendedores e compradores se dá na maioria das vezes através do corretor rural que faz a ponte entre o produtor e o comprador. Sendo que o produtor se submete ao preço oferecido pelo comprador, inicialmente por não existir uma forte concorrência, sendo o preço ditado pelos poucos que realmente se dispõem a comprar, e como o produtor não oferece um produto de acordo com as exigências do mercado não barganha sob pena de não conseguir colocar seus produtos.

O Sindicato Rural de Quaraí vem de longa época tentando realizar um trabalho de conscientização dos produtores de carne ovina para melhorar o padrão e o número de animais ofertados para a comercialização. Além disso, vem lutando pela construção de um frigorífico capacitado para realizar o abate de ovinos no município, o que tornaria possível agregar valor ao produto ao vender cortes especiais, sendo mais vantajoso que a venda do animal vivo para o abate. Mas com relação ao preço ditado pelos compradores, apesar de muitas negociações não tem alcançado resultados significativos.

Quanto às empresas, também tem pouca influência sobre o mercado devido ao fato já mencionado da demanda ser maior que a oferta e pela sazonalidade, não podendo ser estabelecido preço para o ano todo (ver tabela1). Não é possível afirmar que o consumidor determina o preço, mas dá para dizer que as mudanças nos preços se dão em razão de variáveis que afetam a disposição do consumidor em pagar mais ou menos pela carne ovina.

A tabela abaixo demonstra a evolução do preço (kg vivo) em reais da carne ovina nos últimos quatro anos no mercado local (Quaraí/RS):

Tabela-1 Evolução do preço pago pelos frigoríficos ao produtor pela carne ovina no mercado de Quaraí/RS entre os anos de 2006 e 2010.

Ano	Categoria	Valor em R\$ pago por kg de peso											
		Meses do ano											
		janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2006	cordeiro	***	***	1,50	***	***	1,70	***	***	***	***	2,10	2,10
2007		2,10	2,10	2,10	1,90	1,90	1,90	1,90	***	2,30	2,30	2,30	2,30
2008		2,30	2,30	2,00	***	***	2,00	2,30	2,30	2,30	***	2,10	***
2009		***	***	***	***	***	2,10	2,30	2,70	***	***	***	***
2010		***	***	2,10	2,20	2,50	2,80	3,20	***	***	***	***	***
2006	capão	***	***	1,40	***	***	1,60	***	***	***	1,70	1,90	1,90
2007		1,90	1,90	1,90	1,70	1,70	1,70	1,70	***	2,10	2,10	2,10	2,10
2008		2,10	2,10	1,80	***	***	1,80	2,10	2,10	2,10	***	1,90	***
2009		***	***	***	***	***	1,90	2,10	2,40	2,40	2,10	2,10	***
2010		***	***	2,00	2,00	2,30	2,50	3,00	***	***	***	***	***
2006	ovelha	***	***	1,30	***	***	1,50	***	***	***	1,60	1,80	1,80
2007		1,80	1,80	1,80	1,60	1,60	1,60	1,60	***	1,90	1,90	1,90	1,90
2008		1,90	1,90	1,60	***	***	1,60	2,00	2,00	2,00	***	1,80	***
2009		***	***	***	***	***	1,80	2,00	2,20	2,20	2,00	2,00	***
2010		***	***	1,85	1,90	2,20	2,40	2,80	***	***	***	***	***

Fonte: Elaborada pela autora

Notas: 1 Os dados foram fornecidos por Claiton Minelli, corretor rural no município de Quaraí/RS, em julho de 2010.

2 Sinais convencionais utilizados:

*** Dado numérico não disponível

A tabela 1 reúne os preços pagos pela carne ovina entre os anos de 2006 e 2010 no município de Quaraí/RS, trazendo um panorama deste mercado. Inicialmente já é possível dizer que os altos valores pagos em 2010 correspondem à escassez na oferta, fato decorrente de um aumento nas compras efetuadas pelos frigoríficos na região devido à falta do produto uruguaio para a importação, em consequência de uma grande comercialização efetuada pelo Uruguai para outro país. O preço do cordeiro entre os anos de 2006 e 2009 oscilou entre R\$ 1,30 e R\$ 2,30 o kg. Já no segundo semestre de 2009 percebe-se uma mudança no quadro com o valor de R\$ 2,70 pagos no mês de agosto. Cabe salientar que a carne de cordeiro é a mais valorizada por ser a mais procurada pelo consumidor. Entre os demais tipos de carne não se observa uma grande variação nos preços, mas tiveram também um aumento a partir do ano de 2010.

Uma das principais reivindicações deste setor produtivo na região é a dificuldade de comercialização, a preços adequados aos custos, ocasionada pela importação de carne do Uruguai, pois quando ocorre um aumento de preço ao produtor os frigoríficos acabam comprando a carne ovina do Uruguai, se os preços por lá estiverem menores, ou até mesmo de outras regiões do Brasil se assim acharem conveniente. Além disso, existe a concorrência

desleal com o abate clandestino motivado por fatores culturais, pelo abigeato e pela falta de um abatedouro frigorífico no município de Quaraí/RS.

Quanto aos canais de comercialização, é possível encontrar no município a comercialização nos açougues de carne abatida e entregue pelo produtor. Já nos restaurantes e supermercados o maior problema é a falta de destaque para o produto. Existe ainda a venda direta ao consumidor que apesar de beneficiar os agricultores familiares, favorece o abigeato.

Com relação à lã, o mercado local está mais aquecido em vista do melhor preço pago pela lã atualmente. A cooperativa de lãs do município, uma das últimas do estado, também está mais atuante depois de um longo período de crise financeira. Mas, existem problemas na qualificação de mão de obra para trabalhar com ovinos dificultando um bom manejo na esquila e na mistura da lã de baixa qualidade com aquela retirada de partes nobres o que acaba desqualificando a lã na comercialização.

Ainda são muitos os problemas a serem resolvidos desde o produtor até chegar ao consumidor, mas a demanda está aumentando e se a cadeia produtiva não se integrar o mercado será ocupado pelas importações.

2.3 Aspectos técnico-produtivos

A ovinocultura está vivendo um período promissor, mas para se tornar uma atividade consolidada precisa passar por mudanças que busquem melhorias na qualidade da matéria prima, seja carne, lã ou pele. Esta atividade caracteriza-se por uma produção tradicional e com baixa incorporação de tecnologia o que acarreta baixos índices de produtividade levando a uma produção sazonal com produtos de baixa qualidade. Este quadro é uma consequência da ovinocultura ter se tornado uma atividade secundária após a desvalorização da lã, fazendo com que houvesse um retrocesso em termos de uso de tecnologias antes utilizadas, além de ser resultado do aumento no número de abigeato que é considerado um dos maiores problemas na produção. Este aumento pode estar diretamente ligado à falta de fiscalização nos abates, que é um gargalo importante na competitividade da cadeia.

A ovinocultura é desenvolvida nas propriedades rurais juntamente com a bovinocultura e é considerada na maioria das propriedades uma atividade secundária a esta. As tomadas de decisões são aleatórias, pois os produtores rurais não costumam usar ferramentas de gestão de custos do sistema produtivo, o que se torna um grande gargalo na atividade. Em termos de manejo produtivo, poucos produtores utilizam a inseminação artificial, pois apesar de proporcionar melhores resultados na geração de animais superiores, é

um método que gera maiores despesas. O manejo sanitário é rigoroso devido ao elevado índice de doenças parasitárias que podem afetar a criação ovina, sendo utilizado como principal estratégia o exame parasitológico e a dosificação preventiva e curativa. A maioria das propriedades recebe orientação de profissionais da área e produção animal que orientam sobre reprodução, sanidade e nutrição. O manejo alimentar é feito com pastagem nativa e cultivada, suplementando eventualmente com rações e farelos. A mineralização com sal mineral para estimular o consumo e suprir as exigências dos principais macros minerais é também realizada. Os problemas considerados como sendo os mais enfrentados dentro da criação ovina são: doenças parasitárias, as miíases, doença do casco, baixa escala de comercialização, a falta de aporte alimentar durante o ano, mão de obra pouco especializada e o abigeato (VIANA; SILVEIRA, 2009).

O principal gargalo existente na cadeia produtiva da ovinocultura, segundo estudiosos do assunto, é a desorganização tanto entre os elos da cadeia, como dentro de cada elo, pois isso dificulta a redução dos atravessadores na comercialização, redução de abates clandestinos, produto com melhor qualidade e menor sazonalidade. Outro fator que colabora na redução nos rebanhos é a dificuldade na comercialização que está diretamente relacionada à falta de hábito da população brasileira em consumir a carne ovina, sendo a procura maior pelo produto nas festas de final de ano. Isso, acaba gerando um círculo vicioso que determina que o produtor prepare produtos apenas para a época de maior procura, consolidando a sazonalidade na produção e dificultando ações de marketing para aumento no consumo do produto, visto que se há o aumento vai acabar faltando o produto no mercado. Mas, ao buscar um aumento na produtividade os produtores aumentaram os cruzamentos entre raças de lã e carne, o que acabou acarretando efeitos indesejáveis tanto na lã como na carne, e uma redução nos preços de produto final. No entanto, com a melhora nos preços da lã e da carne nos últimos anos os ovinocultores renovaram seu interesse pela atividade.

Em termos de aumento na competitividade do produto os resultados positivos isolados registrados (como p. ex., o Conselho Regulador do Cordeiro Herval Premium) giram em torno da organização em associações, já que estas funcionam como facilitadoras da comunicação e integração entre os produtores e integração entre os elos da cadeia, o que já pôde ser constatado no período áureo das cooperativas de lãs que desenvolveram durante muitos anos um bom trabalho juntamente com seus associados.

Para De Bortoli (2008) a partir dos anos 70 passa a ser valorizada a integração entre os agentes da cadeia produtiva em ambos os sentidos, (produtor-consumidor e consumidor-produtor), proporcionando uma mudança de uma atitude competitiva para uma atitude

colaborativa. A colaboração, segundo este autor, “sustenta o sucesso de cada membro do grupo, melhora o relacionamento entre os membros da cadeia produtiva e ajuda na identificação de agentes mais eficientes proporcionando a redução de custos” (2008, p.41). Sobre a comercialização, considerada um dos principais gargalos na cadeia produtiva, De Bortoli (2008, p.44) diz o seguinte:

O processo de comercialização deve ser encarado como promotor de agregação de valor aos produtos. Nesse processo, é preciso dominar as transações, reduzir os custos, e sincronizar os interesses de produtores e consumidores, além de promover o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a sustentabilidade das relações mercadológicas. Por outro lado, não se podem desconsiderar os fatores incontroláveis que interferem nos sistemas produtivos dependentes de fatores biológicos, como é o caso da produção animal. Tais fatores transcendem a aplicabilidade de conceitos econômicos e tornam as relações mercadológicas mais complexas.

Sobre a cadeia da ovinocultura De Bortoli (2008, p.59) diz:

[...] o elo mais frágil é o produtor que, muitas vezes, se encontra descapitalizado, não realiza investimentos e, conseqüentemente, fica desqualificado. Existe oportunismo, tanto por parte do produtor quanto da indústria. De um modo geral, não há um agente coordenador que determine as condições ideais de produção e comercialização e isso afeta a cadeia como um todo. Existem empreendedores no setor, mas poucos possuem ideias amadurecidas sobre a cadeia produtiva. Há uma dissociação muito grande entre produtores, indústria e consumidores.

Para que a cadeia da ovinocultura se torne funcional e organizada, Rosanova (2004) coloca como principal demanda o trabalho e esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo, tendo como tônica o “desenvolvimento de projetos cooperativos, e a interação entre órgãos governamentais e a iniciativa privada” (2004, p.24). Nesse ponto convém ressaltar que Rosanova (2004) destaca como um dos pontos fracos da cadeia produtiva da ovinocultura o baixo nível de organização dos produtores.

Segundo Calvete & Villwock (2007) apesar de a cadeia apresentar uma situação difícil em termos de organização da cadeia produtiva, mão de obra qualificada, capacidade de suas instalações, envolvimento do produtor com a atividade ovina, manejo preventivo, entre outros, há uma disponibilidade tanto a nível nacional como estadual de tecnologia e genética para atender a crescente demanda mundial de carne e lã.

3. A Construção do Capital Social na Criação de Estratégias Técnico-produtivas e Organizativas pelos Ovinocultores Familiares do Município de Quaraí/RS

Nesse capítulo serão apresentados os resultados encontrados a partir das entrevistas exploratórias desenvolvidas junto aos pecuaristas ovinocultores familiares selecionados, e junto às instituições que mais atuam no setor da pecuária local. A técnica utilizada para a análise dos dados coletados é a interpretativa, que conforme Triviños (1987) *apud* Padilha (2008) é uma análise que possibilita o estudo dos dados coletados à luz da revisão da literatura selecionada, possibilitando a interpretação, compreensão e explicação das mudanças que vêm ocorrendo no setor estudado. Os dados coletados serão analisados dentro de cada objetivo específico proposto. Para um melhor relato dos resultados os ovinocultores familiares que participaram da pesquisa serão identificados como “entrevistado 1; 2; 3; 4; 5; 6”, de acordo com a ordem de realização das entrevistas, sendo que todos os entrevistados são do sexo masculino, com exceção do “entrevistado 6” que é do sexo feminino.

3.1 A construção do capital social relacionada aos problemas técnico-produtivos e organizativos evidenciados pelos ovinocultores familiares.

Os produtores entrevistados possuem propriedades com áreas que oscilam entre 69 ha e 140 ha. Apenas duas delas têm como superfície agrícola útil toda área da propriedade. Todos os entrevistados realizam a criação de ovinos consorciada com bovinos de corte, embora na maioria dos casos esta não seja a principal fonte de renda da família, confirmando o que relatou Ribeiro (2009) quando descreveu as principais características do pecuarista familiar.

Tabela 2 – Área total × Superfície Agrícola Útil (SAU)

<i>Área Total</i>	<i>Superfície Agrícola Útil (SAU)</i>
Entrevistado:	Entrevistado:
1- 87,1 ha	1- 61 ha
2- 19 ha + 50 ha (aluguel p/ cabeça)	2- 68,5 ha
3- 114 ha	3- 100 ha
4- 140 ha	4- 140 ha
5- 104 ha	5- 83 ha
6- 96 ha	6- 96 ha

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Tabela 3 – Relação entre o nº de ovinos e bovinos e a área destinada p/ criação.

Nº de ovinos	Nº de bovinos	Área p/ criação
Entrevistado:	Entrevistado:	Entrevistado:
1 - 115	1 - 70	1 - toda
2 - 140	2 - 39	2 - toda
3 - 150	3 - 110	3 - toda
4 - 270	4 - 115	4 - toda
5 - 192	5 - 126	5 - toda
6 - 600	6 - 50	6 - toda

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Entre os três ovinocultores familiares da localidade do Quatepe, que são constantemente acompanhados pela Emater local e já foram contemplados com um projeto direcionado para a ovinocultura denominado Projeto 100 (ver descrição do projeto no Apêndice C), há o conhecimento sobre a importância de realizar manejo de carga animal para controlar o nível e a qualidade da forragem ofertada, que segundo relato do “entrevistado 2” “... já foi explicado nos cursos do Projeto 100”, no entanto, somente são tomadas medidas paliativas quando já são observados sinais de superlotação e falta de pasto. O “entrevistado 1” relatou que numa dessas situações deu ração para os animais jovens e os “entrevistados 2 e 3” realizam o plantio de pastagens de inverno e verão para obter maior oferta de alimentos, já o “entrevistado 3” também coloca alguns animais em outras propriedades para reduzir o excesso de carga animal nos campos, numa forma de acordo conhecida como “aluguel por cabeça” no qual é pago um determinado valor por animal para o proprietário da terra alugada. Isso vem a concordar com a opinião de Viana & Silveira (2009) sobre as tomadas de decisões aleatórias sem o devido uso de ferramentas de planejamento e gestão, levando neste caso a um comprometimento da sustentabilidade das pastagens, tanto natural quanto cultivada, o que vai comprometer a qualidade do produto final.

Com relação aos outros três entrevistados, que são de distintas regiões do município, entre os “entrevistados 4 e 5” há uma preocupação em realizar um trabalho de manejo preventivo das pastagens com a utilização de pastoreio rotativo pelos dois e o “entrevistado 4” realiza também o sistema de colocar 300kg/animal/ha, demonstrando o aspecto não homogêneo dos pecuaristas familiares, citado por Ribeiro (2009), diferenciados quanto ao acesso as informações e neste caso em especial pela necessidade de coloca-las em prática, já

que todos tem o mesmo nível de acesso, mas as utilizam de forma diferente. Já a “entrevistada 6” não realiza nenhum tipo de manejo, pois diz não sofrer com a falta de pasto, somente de água. E numa ocasião de seca vendeu todos os bovinos e ficou com os ovinos, pois para ela e o marido esta é a atividade mais importante por ser tradição na família dos dois.

Embora a região onde se localiza o município sofra grandes variações de temperatura e tenha solos considerados rasos, todos os ovinocultores entrevistados consideram as condições de clima e paisagem adequadas para desenvolver a ovinocultura por ser o ovino uma espécie animal bem adaptada. As dificuldades encontradas neste sentido são principalmente com relação a solos úmidos que propiciam o aparecimento de manqueira, doença caracterizada pela infecção dos cascos devido à permanência do animal em pastagens úmidas.

A atividade da ovinocultura é relatada pela maioria dos entrevistados como sendo de vital importância, para a subsistência da família, pois pode ser comercializada a lã, a carne de cordeiro, borrego e animais de descarte, e se estes produtos estão valorizados a contribuição na renda é ainda maior. Além disso, a carne é consumida pela maioria das famílias colaborando com segurança alimentar das mesmas e beneficiando também parentes e amigos. Apenas o “entrevistado 4” não realiza o abate de animais para consumo.

Tabela 4 – Nº de animais abatidos para consumo por família por mês

<i>Nº pessoas / família</i>	<i>Abate animais para consumo/família</i>
Entrevistado:	Entrevistado:
1 - 4 pessoas	1 - 2 animais
2 - solteiro	2 - 3 animais (doa p/ os pais e outros)
3 - 4 pessoas	3 - 2 animais
4 - solteiro	4 - não consome
5 - 2 pessoas (a filha casou)	5 - 3 animais
6 - 3 pessoas	6 - 4 animais (doa p/ outros familiares)

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

A ovinocultura é uma atividade normalmente desempenhada com a utilização de mão de obra familiar contratando serviços extras principalmente para a atividade de tosa (denominada na região de tosquia ou esquila), eventualmente o “entrevistado 1” diz contratar um diarista para ajudar quando aumenta o manejo, o “entrevistado 4” contrata diarista para auxiliar no banho, e a “entrevistada 6” contrata mão de obra para realizar o casqueamento

(corte e limpeza dos cascos) e limpeza de úbere. Contudo, com exceção do “entrevistado 1”, todos os entrevistados se referiram a falta de mão de obra qualificada principalmente na esquila a martelo (realizada com tesoura). Já o “entrevistado 5” diz que mesmo na “esquila com máquina encontra mão de obra mais qualificada e disponível para o serviço no Uruguai”. Relataram ainda que falta qualificação da mão de obra, pois o pessoal contratado não tem paciência para trabalhar com ovinos. A pouca qualificação da mão de obra foi destacado por Calvete & Villwock (2007) como um dos pontos fracos na cadeia da ovinocultura.

Dentre as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais pelos entrevistados, a maioria respondeu que a atividade que exige maior número de mão de obra é a ovinocultura, pois o manejo é maior, mas é a bovinocultura que exige maior troca de mão de obra com pessoas da comunidade, principalmente devido aos animais serem maiores dificultando o serviço individual e também porque algumas propriedades pequenas não tem uma estrutura adequada para realizar o trabalho sendo necessário levar os animais numa propriedade mais estruturada. Diferente dos demais entrevistados, o “entrevistado 1” respondeu ser a lavoura de arroz a atividade que exige maior mão de obra e troca de serviços com pessoas da comunidade. Já a “entrevistada 6” diz não ter o hábito de solicitar ajuda de vizinhos, pois o casal realiza um trabalho muito “sistemático” e não gosta de ter que esperar pela disponibilidade de tempo de outros.

Foram citados como principais problemas enfrentados na criação de ovinos o abigeato e o ataque de predadores e cães de propriedades vizinhas. Também são muito mencionados os problemas sanitários, mas estes têm maneiras de serem prevenidos e controlados. Os “entrevistados 1 e 5” se referiram a dificuldade de comercialização devido a falta de um abatedouro no município, pois para os pequenos ovinocultores fica difícil comercializar com frigoríficos se não tem uma carga completa, nesse caso precisam se unir com outros produtores da localidade para fechar a carga, mas nem sempre existem outros produtores com animais prontos para o abate de acordo com as exigências do frigorífico, o que já evidencia uma dificuldade para trabalhar de forma organizativa entre os produtores. Neste contexto, torna-se pertinente o questionamento de Baquero (2003, p.2), “que diz respeito a como estimular e motivar os cidadãos a participar politicamente em um contexto de fragmentação [...]”. Na sequência ele responde que “A materialização do cidadão no processo político tem sido constatado particularmente no fortalecimento das entidades locais [...] associações de moradores e organizações voluntárias, entre outras” (Baquero, 2003, p.4.).

Quanto às estratégias utilizadas para enfrentar os problemas identificados, em termos de problemas sanitários há uma troca de informações entre os produtores que se utilizam mais

do senso comum, alguns procuram a orientação disponível em lojas veterinárias, mas reclamam a falta de técnicos especializados nas instituições de apoio, o que seria muito bom para reduzir os custos no manejo, principalmente sanitário. Com relação ao ataque de cães e predadores dizem que pouco pode ser feito, mas procuram falar com os proprietários dos animais quando é possível identificá-los. Quanto ao abigeato, já foram realizadas várias reivindicações e foi criada uma patrulha rural, mas não percebem uma atuação efetiva da mesma. Também, no caso da falta de um abatedouro, vendem o produto para fora do município, mas para isso dependem de um intermediário.

A partir do que foi exposto, já fica evidente que muitos dos problemas existentes neste contexto poderiam ser solucionados se houvesse um trabalho organizativo e associativo entre os ovinocultores. No entanto, apesar de ser possível perceber que há certo fluxo de informações e de colaboração entre os produtores, assim como a presença de laços de amizade, que são alguns dos indicadores de onde reside o capital social conforme Baquero (2003), ainda não existe entre os mesmos a percepção de que o trabalho associativo pode ser o caminho para a solução de muitos problemas, inclusive em termos de comercialização, como bem observado por Andreatta (2009, p.146) que destaca “a baixa participação dos pecuaristas em grupos de produtores para compra e venda”.

3.2 Problemas técnico-produtivos e organizativos da ovinocultura e os principais atores sociais atuantes neste contexto.

Entre as organizações existentes no município que atuam na área do desenvolvimento rural estão a Secretaria da Agricultura, a Emater local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e o Sindicato Rural Patronal. Perguntados sobre as organizações municipais que oferecem apoio para resolver problemas na atividade da ovinocultura, os “entrevistados “1, 2 e 3” responderam que obtiveram um apoio maior na época em que foi implantado o “Projeto 100”, época em que todas as organizações visitavam a localidade e contribuíam com a promoção de cursos voltados para o manejo na ovinocultura. Segundo eles estes cursos foram muito importantes, pois antes perdiam a maior parte da produção de cordeiros. Mas, atualmente lamentam que não haja mais a realização deste tipo de atividades voltadas para melhorias na ovinocultura. Contudo, os “entrevistados 4, 5, 6”, não tem a mesma visão otimista sobre a atuação das organizações municipais. Eles relataram não ter apoio considerável das mesmas; o “entrevistados 5 ” comentou a atuação da Cooperativa de Lãs local que auxilia na comercialização e a “entrevistada 6” também se referiu a esta

organização mencionando que antigamente realizava exames para diagnóstico de doenças em ovinos nesta instituição.

Os relatos dos entrevistados corroboram com César (1999) *apud* Andreatta (2009) no qual é identificada a existência de uma relação de confiança maior entre os pecuaristas, sobressaindo-se às possíveis relações de confiança dos pecuaristas com as instituições formais vinculadas a agropecuária. Mas, também leva a crer, considerando a resposta dos “entrevistados 1, 2 e 3”, que esse vínculo pode ser construído se houver um trabalho ativo junto ao produtor, pois onde houve a presença mais ativa das instituições formais a satisfação e a confiança atualmente são maiores, embora ainda possam ser mais bem trabalhadas. Ao contrário dos “entrevistados 4, 5 e 6” que acabam se referindo a uma instituição que num passado mais remoto era bem atuante junto ao ovinocultor, não apresentando, no entanto, relação de confiança com as instituições que atualmente trabalham pelo desenvolvimento rural. Essa análise reforça também a proposta da corrente institucionalista evidenciada por Rocha (2009), que propõe o Estado (representado no caso pelas instituições locais) como organizador das relações sociais num determinado território. Sendo que, em sociedades onde o Estado não se preocupa em desenvolver a relação de confiança, acaba prevalecendo um comportamento autoritário e vertical, predominando o clientelismo e a coerção, dificultando o desenvolvimento de experiências participativas bem sucedidas.

Com relação à satisfação com os projetos desenvolvidos, entre os “entrevistados 2 e 3” se observa uma grande satisfação com os cursos desenvolvidos durante a implantação do Projeto 100, pois melhorou a qualidade e produtividade do rebanho (ver figuras 4 e 5 abaixo), inclusive o “entrevistado 3” diz o seguinte: “Aprendemos a criar ovelha, antes ela era criada largada no campo”. O “entrevistado 1” não participou do projeto, pois na época era funcionário da Prefeitura Municipal, mas considera a importância do mesmo e cita também o programa do governo do estado, “Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura” (ver detalhes sobre o Programa no Apêndice D), diz que esses projetos sempre ajudam e que antigamente não havia nada neste sentido. Já o “entrevistado 4”, diz não ter conhecimento sobre projetos municipais para desenvolver a ovinocultura, teve informações somente sobre as tentativas das organizações locais em construir um abatedouro frigorífico no município que até o momento não saiu do papel, diz que o mesmo traria benefícios para o município, mas diz que também seria importante um projeto que incentivasse o consumo da carne ovina, que não é maior pelo alto preço da mesma. Os “entrevistados 5 e 6” não tem conhecimento sobre projetos para a atividade.



Figura 3- Entrevistado 2 mostrando o rebanho



Figura 4- Entrevistado 2 mostrando os carneiros

No que tange a projetos desenvolvidos, é possível perceber que há uma preocupação das instituições em realizar atividades para reforçar a cadeia da ovinocultura, mas estas atividades são pontuais e centralizadas em determinados aspectos da cadeia produtiva, deixando de lado o esforço integrativo que é a proposta do planejamento estratégico, como bem destacado por Rosanova (2004), que fala sobre a importância de definir metas e objetivos consensuais e traçar estratégias lógicas para alcançá-los e essa estratégia tem que partir daqueles que tem condições de influenciar os rumos da cadeia produtiva.

Perguntados sobre ações, desenvolvidas por estas organizações, que favoreçam o crescimento da ovinocultura local, como por exemplo, redução de custos, negociação de políticas favoráveis, compra e venda conjunta, etc., os “entrevistados 1 e 2” relatam a atuação dos sindicatos e da Emater, mas não deixaram muito claro como seria essa atuação, talvez mais nas políticas para o setor. O “entrevistado 3”, que teve na sua propriedade o projeto piloto do Projeto 100, diz:

Acha que os projetos no final aumentam mais os custos porque é programado um gasto “x”, mas no final o gasto é sempre maior, mas ajudou na comercialização. Poderia haver mais preocupação com a redução de custos, com sementes grátis para as pastagens como aconteceu no projeto do gado de leite, por exemplo, ou uma forma de pagamento das despesas com o produto (cordeiro).

Os outros entrevistados (4,5 e 6) disseram não ter conhecimento sobre ações neste sentido.

Nesse ponto, retomamos o estudo de Rosanova (2004), que fala sobre a falta de coordenação e organização entre os representantes da cadeia da ovinocultura levando, conseqüentemente, a falta de informações entre os integrantes desta e ao desenvolvimento de ações que não satisfazem as expectativas dos produtores. É importante salientar que este projeto não foi elaborado de forma participativa, foi um projeto pronto exposto à aprovação dos ovinocultores.

Com respeito ao principal problema existente na ovinocultura que é o abigeato, disseram que as instituições locais e regionais se mobilizaram frente ao governo do estado e conseguiram viaturas para a Brigada Militar realizar uma patrulha rural, mas que esta patrulha não está funcionando a contento. Já o “entrevistado 3” diz que: “A Brigada Militar vem sempre que é chamada”.

No que tange ao que poderia ser feito para o desenvolvimento da ovinocultura local, os “entrevistados 1, 2, 4 e 6” responderam que a construção de um abatedouro ajudaria muito reduzindo os custos e abastecendo o mercado local, mas a “entrevistada 6” comentou que por ser a carne ovina produzida por safra uma planta específica para ovinos ficaria ociosa fora da safra. O “entrevistado 3” reforçou a importância de subsídios para as pastagens e diz que ajudaria muito se houvesse um comprador para toda a produção de cordeiros, pois os frigoríficos compram apenas os cordeiros com maior peso, já os de menor peso ficam para trás e são vendidos posteriormente como borregos a um preço menor. O “entrevistado 4” reforça a importância de um trabalho de marketing da carne ovina, mas que esta tenha um preço mais acessível para a população de baixa renda. O “entrevistado 5” diz que os problemas na ovinocultura são muito debatidos à nível de instituições locais, mas as autoridades não vão atrás das soluções. No entanto, a maioria deles diz não discutir sobre o tema com as autoridades locais.

Também foram entrevistados representantes das principais organizações identificadas pelos ovinocultores familiares como atuantes no desenvolvimento rural local (Emater, Secretaria da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Inicialmente foi perguntado sobre os projetos desenvolvidos pela organização visando melhorias na ovinocultura familiar, sendo constatado que a única a responder de forma afirmativa foi a representante da Emater que relatou a implantação do Projeto 100 realizado na localidade do Quatepe em parceria com o Sindicato Rural, Senar, Sebrae, Embrapa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria da Agricultura. Tinha como objetivo principal aumentar os percentuais de nascimento e desmame buscando desenvolver a viabilidade econômica da pequena e média propriedade. Disse que atualmente o projeto está parado, mas há planos de expandir para outras regiões do município. O Secretário da Agricultura, no entanto, tem outra opinião sobre o Projeto 100, diz que o mesmo “não deslanchou”, pois os outros produtores da localidade do Quatepe (onde o mesmo foi implantado inicialmente) não aderiram ao projeto, o que era o esperado. Disse que a Secretaria adquiriu um carneiro da raça Corriedale com gene Booroola, que produz maior índice de trigêmeos, e que os cordeiros filhos deste carneiro, que estão nascendo, serão doados para dez famílias de ovinocultores familiares, sendo que estas

famílias serão acompanhadas e provavelmente subsidiadas com pastagens e auxílio da Prefeitura no plantio desta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais diz não desenvolver projetos por não ter recursos financeiros para isso.

Com respeito ao fato das organizações possuírem equipe técnica para acompanhar os possíveis projetos desenvolvidos, a única instituição que diz possuir é a Emater que tem um agrônomo, também tem a extensionista que realiza cursos para aproveitamento dos produtos derivados da ovelha, como a lã para o artesanato, a gordura para produtos de higiene e a elaboração de pratos com a carne ovina. São reuniões mensais nas localidades, mas cabe ao produtor e sua família a decisão de participar. O técnico, após a implantação dos projetos, só realiza visitas quando é solicitado. As outras duas instituições não possuem equipe para trabalhar na ovinocultura.

Em termos de participação dos produtores rurais na elaboração dos projetos, a representante da Emater relata que no caso do Projeto 100, o mesmo foi elaborado e posteriormente proposto aos ovinocultores para aprovação. No caso da extensionista, a mesma realiza um plano com os produtores em janeiro e posteriormente realiza a avaliação. A entrevistada acredita que apesar da redução dos rebanhos devido ao abigeato, por haver uma forte tradição local da ovinocultura e a atual valorização da carne associada ainda ao turismo, a tendência é de continuidade para esta atividade. Já o Secretário da Agricultura diz que se permanecerem favoráveis os preços da carne e da lã, em aproximadamente cinco anos poderá ser percebido um aumento nos rebanhos, mas o que pode prejudicar este quadro é o fato que o gaúcho perdeu o hábito de consumir a carne ovina. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais mencionou que Programa do Governo Estadual para compra e retenção de matrizes irá colaborar para o aumento do rebanho no estado. Segundo ele, Quaraí é um dos municípios que mais está acessando este crédito.

Para os representantes das organizações locais entrevistados, a maior dificuldade para o desenvolvimento da ovinocultura local é o abigeato, que é inclusive, um problema de toda Fronteira Oeste e que apesar dos esforços em tentar solucionar este problema não estão conseguindo bons resultados. A Patrulha Rural que foi conquistada junto ao governo estadual que doou as viaturas para que realizassem rondas constantes no meio rural, não está acontecendo. A segunda dificuldade identificada é a falta de técnico especializado em saúde e manejo animal nas instituições, em especial na Emater que é a mais atuante junto ao produtor rural, visto que sempre há um agrônomo, mas a ovinocultura em especial exige muito manejo sanitário e a presença de um técnico nesta área faz mais falta para o produtor.

Já com relação às maiores dificuldades encontradas pelo ovinocultor familiar para desenvolver a atividade no município, vistas do ponto de vista das instituições as respostas foram diferenciadas para cada uma. Segundo a representante da Emater, a principal dificuldade encontrada pelo ovinocultor familiar é a falta de terras para aumentar o rebanho. A instituição realiza orientações sobre as formas de crédito disponíveis que podem ser acessadas para adquirir mais terras, mas a maioria não gosta de fazer empréstimos em bancos. Para o Secretário da Agricultura, a maior dificuldade se refere ao acesso ao mercado. O produtor apronta os cordeiros, mas por não conseguir fechar uma carga completa o frigorífico não demonstra interesse. A solução para isso, ele diz, seria a união entre os produtores, mas para tanto, todos da localidade deveriam se organizar e encarneirar ao mesmo tempo. Já para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a principal dificuldade é a falta de acompanhamento de um técnico especializado, que não adianta o governo dar dinheiro através de programas se falta a orientação de um técnico, mas diz também que a instituição não tem condições financeiras para fornecer este serviço. Para ele, se houvessem líderes comunitários que servissem de intermediários entre o produtor rural e as instituições, o trabalho destas seria mais ágil.

Sobre a existência de incentivos por parte das instituições para fomentar a criação de ovinos, a única a responder de forma relevante foi a representante da Emater que relatou que no momento em que existe um projeto, a instituição busca parcerias com outras instituições para conseguir incentivos ao produtor, mas no momento não estão realizando projetos para a ovinocultura. As outras instituições não estão realizando nenhum trabalho de incentivo para a ovinocultura.

Com relação à importância da ovinocultura para o desenvolvimento da Unidade de Produção Agrícola (UPA), os entrevistados evidenciaram que não consideram esta atividade suficiente para desenvolver a UPA, apesar de contribuir bastante com a renda visto que é possível comercializar vários produtos. A respeito da importância desta atividade para o desenvolvimento local, eles concordam que se há um aumento na produção de ovinos irá aumentar consequentemente o número de empregos e a arrecadação de ICMS para o município. Além de, por ser uma atividade tradicionalmente desenvolvida na região, poder ser utilizada para valorizar o município em trabalhos de marketing, de acordo com a representante da Emater.

Perguntados sobre a importância de a instituição fomentar a solidariedade, cooperação, etc. (capital social), entre os pecuaristas familiares, em especial no caso da ovinocultura, estão de acordo que é importante desenvolver atividades nesse sentido já que o

pequeno produtor depende mais da união para alcançar seus objetivos, mas relatam que há muito individualismo entre os mesmos. Existe mais cooperação nas atividades diárias, mas aonde envolve dinheiro surgem às desconfianças. O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais disse inclusive que o número de associados vem diminuindo, que eles se lembram de procurar a instituição somente na hora da aposentadoria e isso é muito frustrante já que o agricultor familiar considera este serviço prestado pela instituição uma obrigação da mesma, o que não é verdadeiro.

Considerando todos os aspectos abordados pelos representantes das instituições, é necessário retornar ao que fala Rosanova (2004) sobre a importância da coordenação e organização entre os representantes da cadeia produtiva da ovinocultura, e da necessidade de desenvolver um planejamento estratégico baseado em metas e objetivos consensuais para que ações não sejam desenvolvidas baseadas apenas em pontos de vista individuais, pois diante das respostas percebe-se que por serem pontos de vista distintos, irão sempre incorrer no erro das ações pontuais. Em Sachs (2004), podemos ver que um dos cinco pilares que sustentam o desenvolvimento sustentável é o contexto político, pois a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem. Já Cavalcante (2003, p.3) se refere ao pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimento sustentável, que complementa o que foi referenciado anteriormente: “não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que se pensar antes naquilo que é [...] sustentável, ou seja, possível, durável, realizável”.

Em termos de Capital Social, retomamos o que diz Basso (2006, p.203) que:

Ao contrário das questões políticas e conflitos e interesse que estão normalmente presentes nas relações que se estabelecem entre as pessoas, organizações e instituições estatais ou privadas, os atributos de capital social (reconhecimento, confiança, reciprocidade, ajuda, solidariedade e cooperação) não fazem parte do cotidiano das pessoas e das comunidades. Isso reforça, portanto a ideia de que é necessário realizar um trabalho para desenvolvê-los.

O grande desafio para o desenvolvimento rural é a construção de novas instituições que busquem não apenas promover o crescimento de uma ou outra atividade econômica, mas fortalecer o capital social do território e capacitar as populações rurais para que sejam protagonistas na construção de novos territórios (ABRAMOVAY, 2000). Baquero (2003) coloca que para incentivar uma maior participação da população na esfera pública é necessário que o Estado e suas instituições tenham a capacidade de aceitar e valorizar essa participação.

3.3 O ovinocultor familiar e a importância da construção do capital social frente aos fatores limitantes para o desenvolvimento da ovinocultura.

Os ovinocultores familiares foram questionados sobre a importância da construção do capital social como alternativa para solucionar os problemas limitantes para o desenvolvimento da ovinocultura. Para isso, foram aplicadas perguntas voltadas para o tema capital social.

Perguntados sobre o hábito de reunirem-se com outros produtores para discutir assuntos relacionados à atividade rural, em especial sobre a ovinocultura, os “entrevistados 1, 2 e 3” responderam que anteriormente, quando havia as reuniões relativas ao Projeto 100 essas conversas eram bem frequentes, atualmente não estão se reunindo. Mas, o “entrevistado 1”, relatou que também se reuniram para acessar o PRONAF, quando do surgimento do mesmo, quando, segundo ele “um foi avalista do outro e se não tivessem se reunido seria mais difícil”. Também disse que se reuniram para comprar um carneiro. Já os “entrevistados 4, 5 e 6” falaram que não tem o hábito de realizar reuniões para discutir sobre pecuária. No entanto, ao serem perguntados sobre a formação de grupos, associações e cooperativas para solucionar problemas técnico-produtivos, todos entrevistados responderam que consideram muito importantes, visto que, a conversa com os outros traz novas ideias. Sobre isso o “entrevistado 5” comentou ainda que “o pequeno produtor individualizado não consegue alcançar seus objetivos, o grande produtor consegue porque tem capital financeiro”. A “entrevistada 6”, sobre a mesma pergunta responde o seguinte: “É importante a união quando voltada para o crescimento do grupo, mas não pode haver tentativas daquele que possui mais animais de se beneficiar perante aos que tem menos”.

Aqui retomamos o que diz Basso (2006, p.201-202):

A importância da densidade da vida associativa das famílias que facilita não só o acesso aos mercados como também às agências públicas [...]. O capital social é considerado pelo autor como um dos ativos e capital cujo acesso pode facilitar e manter o acesso a outros ativos e atores. Esse acesso é decorrente das relações mantidas por pessoas ou famílias com outras pessoas famílias e organizações. A presença de capital social manifesta-se pela participação em grupos ou associações voluntárias e suas características, pela existência e pelo papel de normas sociais e cívicas e pelo grau de confiança das pessoas nos grupos sociais locais.

Sendo assim, observa-se que entre os “entrevistados 1, 2 e 3” existiu certo nível de capital social induzido pelos trabalhos realizados em benefício do Projeto 100, mas que mesmo neste caso, devido à falta de continuidade nos trabalhos essas características estão se perdendo. Já entre os “entrevistados 4, 5 e 6” não é possível verificar indicativos de capital social.

No que tange aos custos da atividade da ovinocultura e de caminhos para solucionar este tipo de problema, os “entrevistados 1, 2, 3 e 4” dizem que os custos são baixos principalmente porque o produto está com preço bom atualmente. No entanto, os “entrevistados 2, 5 e 6”, reclamam dos altos preços dos medicamentos, mas nenhum deles havia pensado que poderiam reunir-se para conseguir preços melhores nos medicamentos. O “entrevistado 5” sugere que o caminho para reduzir os custos com medicamentos seria contratar um profissional especializado em saúde animal, mas que o custo é elevado.

Segundo Borges *et al.* (2003) *apud* Rosanova (2004, p.30):

Os complexos agroindustriais (do qual o produtor é um dos elos) não estão habituados a trabalhar com as dimensões de governança e coordenação como vetor de redução de custos, estão simplesmente acostumados a trabalhar a lógica de que a dimensão da tecnologia funciona como alavancadora de produtividade e conseqüentemente de redução de custos de produção. Talvez esteja aí o ponto chave no processo de modernização e fortalecimento [...] da cadeia produtiva da ovinocultura [...], um melhor entendimento dos processos de governança e de coordenação voltados à sustentabilidade do setor.

Sobre os critérios de comercialização, com exceção do “entrevistado 2” que não comercializa, a maioria vende para frigoríficos cordeiros, borregos e animais de descarte. Já o “entrevistado 5” disse que no ano de 2010 vendeu alguns animais para um açougue local e alguns animais para vizinhos. E a “entrevistada 6” comentou que é difícil fazer vendas programadas para frigoríficos, pois tem períodos que eles não procuram por carne ovina, aí tem que ficar com os animais e dar comida até que apareça um frigorífico interessado. Ainda sobre a comercialização com os frigoríficos, o “entrevistado 1” disse que vender é fácil, o que acha ruim é que o frigorífico compra a rendimento, que é um sistema de compra no qual o produtor só recebe após o animal ser abatido e é descontado tudo que o frigorífico diz não aproveitar, sendo assim ele nunca fica sabendo o valor exato que vai receber e descontam muito, quando é pago por quilo vivo já no dia de carregar os animais sabe quanto vai receber. Já o “entrevistado 3” coloca que seria bom se houvesse um comprador para todos os cordeiros, pois como já foi dito por ele anteriormente, o frigorífico compra apenas os mais pesados e os de menor peso acabam ficando na propriedade. Diz que seria bom vender todos os cordeiros a preço de mercado, pois existe ainda o problema de conseguir fechar a quantia de cordeiros para haver o carregamento para os frigoríficos. Com relação ao contrato prévio de comercialização, os entrevistados não acham que seja uma boa opção, pois talvez não consigam cumprir com o mesmo devido às alterações climáticas e a quantidade e qualidade dos cordeiros.

Segundo o que foi exposto pelos entrevistados com relação aos canais de comercialização, reforça o que coloca Pialarissi *et al.* (2009,) que é possível observar é que as

negociações ainda estão muito direcionadas para os frigoríficos que são em número reduzido, principalmente no Rio Grande do Sul, o que dificulta o poder de barganha do produtor, além de influenciar no preço do animal vivo e no custo do transporte. Como existe uma baixa inter-relação com a indústria, conseqüentemente as estratégias adotadas em longo prazo são pouco adequadas, como por exemplo, a venda de carcaça abatida na propriedade rural para açougues e/ou consumidores finais.

Sobre as perspectivas futuras da atividade com relação a mercados de comercialização, o “entrevistado 1” respondeu que considera que vai melhorar porque antigamente vendiam apenas carne de ovelha para os açougues. Hoje está mais fácil para o produtor, pois tem luz na área rural e as estradas estão boas. Também acha que a ovinocultura melhorou para os pequenos produtores quando os grandes deixaram de criar. O “entrevistado 2” considera a ovinocultura um negócio instável. Já o “entrevistado 4” diz que a perspectiva é de melhora, pois houve uma redução no rebanho uruguaio que são importantes exportadores, abrindo caminho para o Brasil exportar. E a “entrevistada 6” diz que o futuro é promissor se houver investimento em genética, somente assim o mercado vai melhorar.

Perguntados sobre como avaliam as modificações que ocorreram nos mercados de comercialização ao longo do tempo e se as mesmas foram motivadoras na continuidade e aperfeiçoamento da atividade, todos responderam que o mercado vem melhorando nos últimos anos, mas no ano de 2010 é que ocorreu uma grande melhora no preço da carne e da lã, o que deu incentivo para investir mais na atividade. No entanto, o “entrevistado 3” acha que não houve mudança, visto que o frigorífico é quem comanda o mercado. Para todos os entrevistados o fator que mais afeta a decisão de continuar na atividade é a tradição familiar de criar ovinos. Com relação aos mercados de comercialização, os fatores que mais afetaram nos últimos anos foram a redução na entrada de carne do Uruguai que acabou valorizando o produto brasileiro, como também a mudança na atitude do ovinocultor que passou a ter uma visão mais empresarial. Complementando esses fatores, surgiu o programa do governo estadual para compra e retenção de matrizes que estimula o produtor a investir na atividade, pois segundo eles, facilitou o acesso ao crédito.

De acordo com Calvete & Villwock (2007), após a realização da análise dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades (análise SWOT) da ovinocultura no Rio Grande do Sul, perceberam que apesar da produção sazonal característica da ovinocultura há a compensação pela excelente liquidez, boa qualidade do produto, relativa rentabilidade e pela excelente genética. A baixa capacidade de produção e a pouca disponibilidade do produto podem ser remediadas pela possibilidade de integração com outras culturas animais e

vegetais. Os autores colocam ainda que a retomada dos preços da lã no mercado internacional, a tendência ao consumo de carnes exóticas, entre outras, pode estimular o aumento nas políticas de crédito. Assim como o abigeato e o abate clandestino podem ser compensados por mecanismos que agreguem valor a produção, como a integração com vegetais ou outras espécies animais; as melhorias nas pastagens e as técnicas reprodutivas; sem deixar de lado, no entanto, as políticas de Estado para a segurança na área rural. Disso tudo se conclui que são ótimas as perspectivas para a ovinocultura, apesar de fatores como a sazonalidade e o abigeato, desde que essa atividade seja vista com a importância que merece, somando-se a isso o planejamento estratégico, governança (definição de estratégias por parte daqueles que tem condições de influenciar os rumos da cadeia produtiva, por Rosanova, 2004) e coordenação de todos os elos da cadeia produtiva.

Segundo os entrevistados, a ovinocultura em geral não necessita de muito investimento, isso muda se for investir em genética para ter um rebanho selecionado. Com relação à união em associações e cooperativas para facilitar o acesso ao crédito, os “entrevistados 1, 2 e 3” relataram que tiveram uma experiência positiva quando se uniram (os três moram na mesma localidade) para acessar o PRONAF. Já o “entrevistado 5” relatou que o aval solidário no PRONAF pode ser problemático, pois se um dos integrantes deixar de cumprir o contrato todos serão prejudicados.

A respeito da importância da cooperação entre os integrantes da localidade para minimizar o problema do abigeato a maioria respondeu que não teve esse tipo de problema no último ano, contrariando o que se esperava como resposta, visto que este é considerado um dos maiores problemas na ovinocultura. Segundo eles, existe colaboração entre os moradores da região no sentido que se comunicam quando surge alguém estranho na localidade. É diferente a situação dos “entrevistados 4 e 6” que não identificam esse tipo de controle em suas localidades, talvez pelo fato da distância ser maior entre as propriedades nessas localidades, sendo que as demais são em localidades mais povoadas. Essa questão teria que ser estudada mais a fundo para obter uma interpretação mais clara. Já sobre a mobilização das instituições locais, todos concordam que até hoje não foi constatada uma atitude mais consistente para solucionar o problema, com exceção da patrulha rural que não teve êxito.

Perguntados sobre a relação da ovinocultura com o desenvolvimento da unidade de produção agrícola e com o desenvolvimento local, a maioria dos entrevistados respondeu que é uma atividade muito importante, pois colabora muito na renda da família dando um retorno mais rápido devido às várias possibilidades de comercializar que esta criação proporciona (cordeiro, animais de descarte e lã). O “entrevistado 4” disse inclusive, que a atividade nunca

dá prejuízo, já o lucro é relativo. Sobre o desenvolvimento local, relataram que colaborava mais quando a cooperativa de lãs estava no auge de suas atividades e que poderia voltar a melhorar se fosse instalado no município um abatedouro frigorífico. Mas, que de qualquer forma, esta atividade gera um grande número de empregos, pois exige um manejo mais específico (esquila, casqueamento, limpeza de úbere).

Finalizando, os entrevistados foram questionados sobre o que deveria ser feito para o desenvolvimento da ovinocultura local e se já haviam discutido sobre isso com autoridades locais, sendo que as principais reivindicações são a construção de um abatedouro; subsídios do governo local para os ovinocultores familiares; a venda de toda a produção de cordeiros para um intermediário a preço de mercado; estimular o consumo da carne ovina e promover cursos de especialização da mão de obra.

As respostas dadas pelos entrevistados reforça a tese de Calvete & Villwock (2007) que colocam a ovinocultura do estado como uma atividade com excelente liquidez e relativa rentabilidade apesar da sazonalidade e do abigeato. Confirmando sua importância para o desenvolvimento rural local desde que seja trabalhado o capital social que pode ser a peça chave para realizar a proposta de Rosanova (2004) de desenvolver um trabalho focado nas dimensões de governança e coordenação como vetor na redução de custos. Considerando que o capital social segundo Basso (2006), é um dos ativos de capital cujo acesso pode facilitar e manter o acesso a outros ativos e atores. Esse acesso é decorrente das relações mantidas por pessoas ou famílias com outras pessoas, famílias e organizações.

Considerações finais

O objeto de investigação escolhido para esta monografia partiu da preocupação em saber se a construção do capital social entre os ovinocultores pode auxiliar no desenvolvimento desta atividade, que é tradicionalmente realizada no município de Quaraí/RS, foco desta análise, visto que a ovinocultura possui características que a tornam adequada para desenvolver a agricultura familiar.

O presente trabalho apresentou alguns pontos importantes para a compreensão da construção do capital social em torno das principais questões técnico-produtivas e organizativas na ovinocultura familiar, bem como a identificação da importância, para o ovinocultor, da construção do mesmo frente às limitações apresentadas pela atividade. Também, proporcionou identificar os principais atores sociais que estão trabalhando para superar as limitações existentes.

A ovinocultura se consolida como uma atividade importante para a subsistência da família do agricultor familiar devido aos vários produtos que a partir dela podem ser comercializados, como também por fazer parte da alimentação destas famílias, contribuindo desta forma com a segurança alimentar. Isso sem falar na pele dos ovinos que também poderia ser comercializada, mas os animais são vendidos vivos para os frigoríficos que não remuneram os produtores pela mesma, que é muito utilizada na confecção de calçados.

Uma das principais dificuldades na ovinocultura local é a comercialização, visto que os produtores ficam dependentes de regras que são ditadas pelos frigoríficos, que não fecham negócio se eles não conseguem completar uma carga. A partir daí surge outro problema que é a necessidade da união entre os pequenos produtores para fechar essa carga, mas é preciso que existam outros produtores com animais prontos para o abate. Sendo que isso só é possível se houver uma coordenação para sincronizar a época do encarneamento ou inseminação artificial das fêmeas, o que só pode ser conseguido através de planejamento e cooperação entre os ovinocultores familiares, ou seja, capital social. Isso demonstra que muitos problemas poderiam ser solucionados se houvesse um trabalho organizativo e associativo entre os produtores, no entanto, apesar de haver indicadores da existência de capital social, como laços de amizade e fluxo de informações e colaboração, não existem entre os mesmos a percepção que a cooperação e o associativismo podem ser o caminho para a solução dos problemas.

Ainda é muito evidente uma cultura passiva e pouco participativa, permanecendo muito fortes as características de um Estado centralizado, o que não possibilita que as decisões resultem da negociação entre vários atores sócio-políticos. Nesse contexto prevalecem os interesses particulares o que fragiliza o contrato social, como bem explicado por Baquero (2003).

As relações de confiança entre os pecuaristas ovinocultores familiares e as instituições e organizações locais ainda são muito frágeis, mas percebe-se a possibilidade de construir este vínculo e fomentar o engajamento cívico se houver um trabalho ativo junto aos produtores, pois como sugerido pela literatura, o Estado (representado muitas vezes pelas instituições locais) é que tem o papel de organizador das relações sociais num determinado território.

É necessário que as instituições que atuam para o desenvolvimento rural local percebam a necessidade de realizar um planejamento estratégico com metas e objetivos consensuais, deixando de lado as ações pontuais e centralizadas que de forma isolada não tem força suficiente para solucionar os problemas.

Ainda são constatadas muitas ameaças e pontos fracos na cadeia da ovinocultura, cujas propostas e soluções já foram enumeradas em vários artigos publicados, sendo que a análise primária destes problemas não é o objetivo desta pesquisa. Mas, concordamos com Borges *et al.* (2003) *apud* Rosanova (2004) quando diz que o ponto chave para o fortalecimento desta cadeia pode ser um melhor entendimento dos processos de governança e coordenação voltados para a sustentabilidade do setor. E essas ações, entendemos, somente serão possíveis se houver o capital social como alavancador, pois sem a solidariedade e a cooperação, que devem iniciar pelo produtor rural e as instituições locais, não é possível produzir um bom fluxo de informações que serão a base para desenvolver estratégias mais adequadas para a consolidação desta atividade. Entendemos que a carência na construção de capital social está dificultando a conexão entre os atores sociais locais, assim como o fluxo de conhecimento, formal ou informal, que permite ao indivíduo desenvolver suas competências e habilidades indispensáveis para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Diante do que foi proposto, os dados analisados permitiram responder aos objetivos de pesquisa e a hipótese formulada. No entanto, a partir da análise dos mesmos surge outro questionamento, que pode ser assunto para um próximo trabalho, que é o nível de influência da distância entre as propriedades rurais locais na construção do capital social.

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. IV, n. 2, p.379-397, abr./jun. 2000. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/12037/Abramovay_Capital_social_dos_territorios.pdf Acesso em: fev. 2011.

AZEVEDO, Filipe Manuel Ventura Magalhães da Cruz; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Produção e Comercialização de Carne de Ovinos na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG. In: XLVI SOBER, jul. 2008, Rio Branco. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/198.pdf> Acesso em: nov. 2009.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2003, n.21, pp. 83-108. ISSN 0104-4478. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em: fev. 2011.

BASSO, David. **Capital social e estratégias de reprodução das famílias rurais**. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). *Capital social: teoria e prática*, Ijuí: Unijuí, 2006.

CALVETE, Roberta; VILLWOCK, Luis Humberto. **Perfil da ovinocultura de lã e carne do Rio Grande do Sul e seus desafios para o futuro**. In: XVI CONGRESSO DA SOBER, 2007, Londrina. *Anais*. Londrina: UEL, 2007.

CAVALCANTE, Clóvis. **Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia**. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 5, n.2 / v.6, n.1, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid... Acesso em: 2008.

DE BORTOLI, Elísio de Camargo. **O Mercado de Carne Ovina no Rio Grande do Sul sob a Ótica de Vários Agentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Centro de Pesquisa em Agronegócio, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DIAS, Juliana. et al. **Introdução de animais em sistemas de produção de hortaliças orgânicas na Região Serrana Fluminense**. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.36-40, jul. 2009.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_consREM.asp?param=Municipio/Quaraí/2006 Acesso em: fev. 2011.

IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: dez. 2010.

IBGE. Primeiros resultados do censo de 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_ri_o_grande_do_sul.pdf Acesso em: dez. 2010.

KUBO, Rumi Regina. **Metodologias participativas e sistematização de experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Texto complementar da disciplina DERAD008, PLAGEDER.

LA HIRE da Luz Neto. **Mercado da carne ovina**. Quaraí, dez. 2009. Ex-presidente do Sindicato Rural de Quaraí/RS.

LEMES, Denise Peralta; PIRES, Carlos Alberto da Fonseca. **Classificação Geomorfológica do Município de Quaraí-RS, e as Áreas de Ocorrência Mineral**. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, 2009, vol.13, n.2, p.197-208. Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/view/112/76>
Acesso em: 15 jun. 2011.

MAIA, Cláudio Machado. **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MINELLI, Claiton. **Evolução do preço pago por quilo de carne ovina no município de Quaraí/RS**. Quaraí, jul. 2010. Corretor rural no município de Quaraí/RS.

OLIVEIRA, Mariana Paganoti de. **Análise do crescimento do rebanho de ovinos e caprinos no Brasil**. 2008. Disponível em:
<http://www.farmpoint.com.br/default.asp?noticiaID=50070&actA=7&areaID=1&secaoID=8>
Acesso em: dez. 2010.

PACÍFICO, Daniela A. **História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Texto complementar da disciplina DERAD008, PLAGEDER.

PADILHA, Ana Cláudia Machado *et al.* **A reestruturação do agronegócio da ovinocultura no estado do Rio Grande do Sul: uma análise na perspectiva da competitividade**. Rev. de Est. de Administração., ano 8, n.16, jan./jun., 2008, p.145-164. Editora Unijuí.

PIALARISSI, Gustavo Calegari *et al.* **Características e propostas para a cadeia produtiva da ovinocultura em Maringá, PR**. Dracena: UNESP, 2009. V Simpósio de Ciências da UNESP e VI Encontro de Zootecnia da UNESP.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes**. Rev. Adm. Pública [online]. 2009, vol.43, n.5, pp. 1117-1146. ISSN 0034-7612. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000500007&lng=en&nrm=iso Acesso em: fev. 2011.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Democracia em duas dimensões: cultura e instituições**. Soc. Estado, Brasília, v.24, n.3, dez. 2009. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2011

RODRIGUES, Raquel Maria Cury. **Análise do desenvolvimento do rebanho ovino e caprino no Brasil em 2009**. 2010. Disponível em:

<http://www.farmpoint.com.br/default.asp?noticiaID=67787&actA=7&areaID=1&secaoID=8>
Acesso em: dez.

ROSANOVA, Clauber. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura de corte do Brasil**. Universidade Federal de Lavras/MG, monografia, 2004. Disponível em:
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8744D4410F53EBB183256F4E0045EBB0/\\$File/NT000A18DA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8744D4410F53EBB183256F4E0045EBB0/$File/NT000A18DA.pdf)
Acesso em: nov. 2009.

SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio (orgs). **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. In: Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais – Conceitos, controvérsias e experiências – UFPB/CIRAD/EMBRAPA, p.113-128, Brasília, 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300010&lng=pt&nrm=iso
Acessos em 01 jun. 2011

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Rev. Sociologias, Porto Alegre, v.11, p.88-125, 2004.

SCHWAB, Paulo. **10 Milhões de Consumidores!!!** Revista Cabra & Ovelha, ano V, n. 52, Jul. 2010, páginas 20-22.

SILVÉRIO DA SILVA, José Luiz *et al.* **Arcabouço geológico-geomorfológico da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí-Rio Grande do Sul/Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2004. V Simpósio Nacional de Geomorfologia e I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia, UFSM-RS, 02 a 07 de agosto 2004. Disponível em:
<http://jararaca.ufsm.br/websites/labhidro/download/ARCABOU%C7O.pdf> Acesso em: 15 jun. 2011.

SILVEIRA, Helena Silveira. **Coordenação na cadeia produtiva da ovinocultura: o caso do conselho regulador Herval Premium**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Agronegócio, Porto Alegre, 2005.

SOLIS, João Afonso. **Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Região Bragantina**. Revista Cabra & Ovelha, ano V, Nº 52, Jul. 2010, páginas 6-8.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; GUASELLI, Laurindo Antonio. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/940/Paisagens.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

VIANA, João Garibaldi Almeida; DE SOUZA, Renato Santos. **Comportamento dos Preços dos Produtos Derivados da Ovinocultura no Rio Grande do Sul no Período de 1973 a 2005**. Ciênc.agrotec., Lavras, vol. 31, n. 1, jan./feb. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-70542007000100028&script=sci_arttext Acesso em: nov. 2009.

VIANA, João Garibaldi Almeida; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **Cadeia Produtiva da Ovinocultura no Rio Grande do Sul: um estudo descritivo**. Rev. Em Agronegócio e Meio Ambiente, vol.2, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2009. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Texto complementar da disciplina DERAD020, PLAGEDER.

VON DER WEID, Jean Marc. **Um novo lugar para a agricultura**. In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM
PECUARISTAS FAMILIARES**

Identificação

Nome: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ Nº de Filhos: _____

Nível Escolar: _____

Entrevistado: () Proprietário () Filho () Outro: _____ () M () F

Localidade/Distrito: _____

Município: _____

Telefone: _____

Distância da Sede do Município: _____

Vias de Acesso: _____

Entrevistador: _____

Data: ____/____/____

Identificação da relação: capital social / estratégias técnico-produtivas na ovinocultura.

1. A ovinocultura é a principal atividade desenvolvida na propriedade? Por quê?
2. Qual é a área total da propriedade e qual a superfície agrícola útil (SAU)?
3. Qual o número de cabeças de ovinos e bovinos na propriedade e qual a área destinada para estas criações?
4. Realiza o manejo da carga animal para controlar o nível de oferta de forragem? Como?
5. Considera as condições de paisagem e clima favoráveis para o desenvolvimento da atividade?

6. Qual a importância dessa atividade para a subsistência da família?
7. Realiza abate de ovinos para consumo da família? Aproximadamente quantos animais por mês?
8. Precisa contratar mão de obra para desenvolver essa atividade ou é possível trabalhar apenas com a mão de obra familiar? A mão de obra contratada é fixa ou eventual?
9. Em caso afirmativo, é fácil encontrar pessoas qualificadas para a atividade da ovinocultura?
10. Qual atividade (ovinos, bovinos, lavoura, outra) exige maior número de mão de obra? E em qual delas há maior troca de serviços com as pessoas da localidade?
11. Quais os principais problemas enfrentados na criação de ovinos?
12. Quais as estratégias utilizadas para enfrentar os problemas identificados?
13. Recebe apoio de organizações do município para resolver os problemas com a ovinocultura? Em caso afirmativo quais as organizações que se destacam? Que tipo de apoio é oferecido?
14. Considera o apoio e projetos desenvolvidos satisfatórios? Por quê? O que poderia melhorar?
15. É ouvido pelas instituições nas tomadas de decisões para a atividade?
16. Costuma reunir-se com outros produtores para discutir assuntos sobre a atividade?
17. O que acha sobre a formação de grupos, associações e cooperativas para solucionar problemas técnico-produtivos?
18. As organizações locais (associações, entidades apoiadoras da atividade, instituições de extensão rural...) realizam ações que promovam redução de custos, maximização de lucros, negociação de políticas favoráveis, alterações nas regras de mercado, compra ou vendas conjuntas? Fale sobre elas.

19. Como avalia os custos de produção da atividade? Qual seria, em sua opinião, o caminho para reduzir os custos?
20. Quais seus critérios de comercialização dos ovinos? Quem são os principais compradores?
21. Como é a comercialização com os frigoríficos? O que pensa sobre contratos prévios de comercialização?
22. Em seu ponto de vista, quais são as perspectivas futuras da atividade com relação a mercados de comercialização?
23. Esses mercados se modificaram ao longo do tempo? Essas mudanças foram motivadoras na continuidade e aperfeiçoamento da atividade?
24. Em caso afirmativo, o (a) senhor (a) tem ideia do que fez esses mercados se modificarem? Em que implicam essas modificações de mercados para o desenvolvimento da atividade na propriedade?
25. Considera que essa atividade necessita de muito investimento? Em caso afirmativo tem acesso fácil ao crédito?
26. A união em associações ou cooperativas não torna o acesso ao crédito mais fácil? Por quê?
27. No último ano houve roubo de ovinos na propriedade? Existe cooperação entre as pessoas na localidade para reduzir esse problema? E as instituições locais como tem se mobilizado nesse sentido?
28. Como o (a) senhor (a) visualiza a relação da atividade com o desenvolvimento da sua unidade de produção agrícola?
29. Como o (a) senhor (a) visualiza a relação da atividade com o desenvolvimento local?
30. Em sua opinião, o que acha que deveria ser feito para o desenvolvimento da atividade? Já discutiu sobre isso com as autoridades locais ou representantes da comunidade?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM
REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES LOCAIS**

Identificação

Nome: _____ () M () F

Instituição: _____

Função: _____

Tempo de atuação no cargo: _____

Município: _____

Telefone: _____

Entrevistador: _____

Data: ____/____/____

Identificação da relação: capital social / estratégias técnico-produtivas na ovinocultura.

1. A instituição desenvolve projetos que visem melhorias na ovinocultura familiar? Considera estes projetos adequados a realidade local? O que poderia ser melhorado?
2. A instituição tem equipe técnica para acompanhar os projetos propostos? O acompanhamento é realizado por tempo suficiente?
3. Os produtores rurais participam na elaboração e implantação dos projetos? Como?
4. Em sua opinião quais são as perspectivas para a ovinocultura? E no município?
5. Em sua opinião qual a maior dificuldade para desenvolver esta atividade no município? O que está sendo feito para mudar este quadro?

6. Em sua opinião qual a maior dificuldade encontrada pelo pecuarista familiar para desenvolver a ovinocultura? A instituição realiza ações para minimizar estas dificuldades?
7. Existem incentivos provenientes desta instituição (redução de taxas; fornecimento de insumos a menor custo; etc.) para fomentar a criação de ovinos?
8. Qual a sua opinião sobre a importância da ovinocultura para o desenvolvimento da unidade de produção agrícola (UPA)?
9. Qual a sua opinião sobre a importância da ovinocultura para o desenvolvimento local?
10. Existe preocupação por parte da instituição em fomentar a solidariedade, cooperação etc., entre os pecuaristas familiares (agricultores familiares)? O que é feito neste sentido?

APÊNDICE C – DESCRIÇÃO DO PROJETO 100

Nome: Projeto 100

Introdução:

A ovinocultura do estado Rio Grande do Sul possui índices de produtividade considerados baixos em torno de 55-65% de desmame. Os principais problemas para este baixo desempenho do rebanho ovino do Rio Grande do Sul são:

- carneiros sem exame andrológico, para tal esta sendo aplicado o **Parcar** (programa de avaliação reprodutiva de carneiros) desenvolvido pelo Senar-RS no qual o município de Quaraí é pioneiro em sua utilização.
- carneiros com baixo potencial genético, para isso adquiriu-se 6 reprodutores (4 da raça Ideal e 2 da raça Merino Australiano), financiados pelo FEAPER, os quais serão usados por 6 produtores em sistema de rotação anual.
- falta de seleção das fêmeas de acordo com o desempenho reprodutivo e leiteiro.
- acompanhamento sanitário deficiente.
- subnutrição das ovelhas no período de parição, provocando morte das mesmas e dos cordeiros pelo baixo peso ao nascimento.

- falta de proteção contra chuvas e ventos durante a parição. As ovelhas produzem no campo sem nenhuma proteção, sendo que muitas mortes acontecem em noites muito frias, mesmo em cordeiros com peso adequado.
- predadores.

Objetivo:

Aumentar os percentuais de nascimento e desmame, buscando o desenvolvimento e a viabilidade econômica da ovinocultura na pequena e na média propriedade, com a intenção organizar a cadeia da ovinocultura com uma oferta regular e padronizada de cordeiros durante todo o ano.

Local:

Município de Quaraí, localidade Quatepe.

Material e método:

- Será utilizado um rebanho de 100 ovelhas com predomínio da raça Ideal.
- Acompanhamento permanente de verminose através de coleta de fezes e exames para melhor eficiência e segurança na aplicação de vermífugos.
- Período de cobertura será de 45/50 dias, cobertura realizada de maneira controlada, ou seja, as fêmeas serão recolhidas ao final do dia para um local seguro e pequeno, visando:
 - desde já adaptar os animais ao novo manejo.
 - melhor aproveitamento dos carneiros reduzindo o desgaste dos mesmos.
 - da data que a ovelha foi coberta utilizando para isto pó xadrez para marcar o peito do carneiro buscando a identificação da ovelha , sendo que a cada 15 dias este identificador será trocado de cor, buscando iniciar sempre com cores mais claras, ex: primeiros 15 dias amarelo, controle próximos 15 dias vermelho e os últimos 15 dias preto.
 - controle de abigeato.

Após 30/45 dias do final do período de monta será realizado identificação das ovelhas prenhas através de exame de ultrassonografia. As ovelhas vazias serão descartadas ficando a critério do produtor o seu destino, para consumo próprio ou venda buscando a sua manutenção.

A principal finalidade da identificação do período que as ovelhas foram cobertas é racionalizar o manejo do pré-parto e do parto. Desta forma é possível o uso de suplementação pré-parto que terá início no último terço da gestação, e da área coberta que estas ovelhas deverão utilizar não sendo necessário com isto colocar todas no mesmo período, Ex: as ovelhas identificadas com cor vermelha começarão a receber suplementação e a utilização do espaço coberto somente 15 dias após as do lote de cor amarela, quando iniciar a produção do lote preto o lote amarelo não terá mais necessidade de utilizar o mesmo. Após a parição a suplementação será retirada das ovelhas e oferecida aos cordeiros buscando que atinjam 30 kg o mais rápido possível, já que este é o peso ideal que o mercado busca.

Participantes:

- Sindicato Rural de Quaraí
- Emater

- Senar
- Sebrae
- Embrapa
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais Quaraí
- Secretária da Agricultura Quaraí

ATIVIDADES REALIZADAS

- Cursos de aperfeiçoamento em:

Manejo de ovinos

Manejo reprodutivo de ovinos

Manejo de pastagens de inverno

Manejo de campo nativo

- Palestras:

Hidatidose

Melhoramento de campo nativo

Verminose

Manqueira

- DM:

Casqueamento

Coleta de fezes
Aplicação de vermífugos
Ações de manejo
Aquisição de carneiros melhoradores
Exame OPG
Seleção de fêmeas
Avaliação de carneiros (PARCA)
Monta controlada
Ultrassonografia
Parto protegido
Avaliação de estado corporal
Suplementação alimentar com pastagens e grãos

APÊNDICE D – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA OVINOCULTURA

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado lançou a primeira ação do Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura, que colocará à disposição dos ovinocultores R\$ 102 milhões. São linhas de crédito para a retenção de matrizes com taxas de juros subsidiadas. Além disso, disponibilizará outras linhas de financiamento para aquisição de matrizes e reprodutores.

As medidas contribuirão para aumentar o rebanho gaúcho, possibilitando a retomada desta atividade de grande importância econômica, social e cultural para o estado.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

- Retenção e aquisição de matrizes e reprodutores.
- Aumento do rebanho ovino no estado.
- Promoção do consumo de carne e lã de qualidade.
- Geração de renda e emprego.

LINHAS DE CRÉDITO

Aquisição de matrizes e reprodutores

Recurso disponível: R\$ 50 milhões

Prazo: cinco anos, com dois de carência

Taxa: 6,25% para produtores enquadrados no PRONAMP;

Taxas de 1%, 2% e 4% para produtores enquadrados no PRONAF, de acordo com o valor tomado;

Taxa de 6,75% para os demais produtores.

Retenção de matrizes

Recursos destinados a capital de giro para manutenção da atividade;

Prazo: três anos, com carência de um ano – 1º ano: carência

2º ano: 50% do principal + juros

3º ano: 50% do principal + juros

Juros de 2% para pecuaristas enquadrados na Lei 13.515/2010 (Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar)

Juros de 5,75% aos demais produtores.

CONTRAPARTIDA

Aumentar em 20% o encarneamento de matrizes no segundo ano da operação e vender a produção para frigoríficos com inspeção oficial.